



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 79ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2021

1 Em 24 de setembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da
7 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Marcelo Ladeira Moreira da Costa, da
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Jadir de Assis, da
9 Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo
10 Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas
11 Gerais (Codemig); André de Lima Andrade, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência
13 Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise
14 Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
15 (Sindiextra); Mariana de Paula e Souza Renan, da Federação das Indústrias do
16 Estado de Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao
17 Parque Estadual do Rio Doce; Tobias Tiago Pinto Vieira, da Associação para
18 Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes
19 de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da
20 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos**
em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão
declarou aberta a 79ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. Em seguida, foi
feita exibição de vídeo institucional sobre a concessão da Rota Peter Lund.
Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, outra informação
para passar para os senhores é que, em relação à consulta pública do diagnóstico
ambiental, estão abertas as contribuições para o diagnóstico ambiental do Estado,
o primeiro passo para a construção do Plano Anual de Fiscalização (PAF), feito
desde 2012 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável (SEMAD), até o dia 26 de setembro. A Superintendência de
Fiscalização espera receber contribuições para melhor delimitar o cenário ambiental
em Minas Gerais, caracterizando a situação do meio ambiente do território de cada
Superintendência Regional de Meio Ambiente. A consulta pública visa ampliar a
democratização no processo de construção do plano, o objetivo é abrir as vistas do
diagnóstico às entidades do Sisema, o Sistema Estadual de Meio Ambiente –
SEMAD, IEF, IGAM e FEAM –, integrantes dos órgãos colegiados – COPAM, CERH,
URCs e CBHs – e sociedade civil para o complemento do referido diagnóstico.

38 Posteriormente, a Diretoria de Fiscalização da SEMAD e as Companhias de Meio
39 Ambiente da Polícia Militar irão analisar os documentos e as contribuições da
40 consulta pública, como subsídio para propor as ações de fiscalização. Então até dia
41 26 agora, no domingo, estão abertas para as contribuições caso os senhores
42 tenham interesse. Eu gostaria de dar boas-vindas aos novos conselheiros, ao André
43 Andrade, do Ibama, e à Mariana Renan, pela Fiemg. Sejam bem-vindos. Que a
44 atuação do senhor e da senhora seja profícua. Qualquer dúvida na condução da
45 nossa reunião – creio que seja a primeira reunião tanto da senhora quanto do senhor
46 –, vocês podem nos interpelar, que a gente orienta. Outro recado que eu tenho para
47 dar para os senhores, aí eu já solicito que se manifestem caso tenham alguma
48 objeção, é que na próxima reunião da CMI, que seria realizada em outubro, no dia
49 29, o dia 29 vai ser ponto facultativo para o servidor público. Então a proposta é de
50 adiantarmos, na realidade, essa reunião, para o dia 26/10/2021, que vai cair numa
51 terça-feira, às 9h. Alguma objeção, algum destaque por parte do Conselho? Todos
52 concordam com essa data?" Conselheira Denise Bernardes Couto: "Para mim não
53 tem problema." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "De acordo,
54 presidente." Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Para mim também não tem
55 problema, senhor presidente." Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan:
56 "Fiemg de acordo." Conselheiro José Angelo Paganini: "De acordo." Presidente Yuri
57 Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, senhores conselheiros. Então a nossa próxima
58 reunião fica para dia 26/10, na terça-feira, às 9h. Conforme todas as demais, será
59 enviada a informação. Antes de passar a palavra para a Vânia, estou vendo aqui o
60 Rodrigo Ribas. Bom retorno, Rodrigo Ribas, é um prazer tê-lo aqui conosco
61 novamente." Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Senhor presidente, é para
62 trazer aos conselheiros que é uma grande satisfação termos colocado à disposição
63 dos senhores conselheiros o segundo curso, agora de práticas. O primeiro foi
64 introdutório. Agora está disponível para os senhores conselheiros a parte prática do
65 nosso curso. Então nós solicitamos aos conselheiros que possam estar realizando
66 esse curso. É o mesmo formato do anterior, é por módulos, e nós trouxemos uma
67 novidade nesse curso, que é o Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA. Tem
68 um módulo que é só sobre o SLA. A Nayara e o Daniel já apresentaram até em
69 algumas unidades colegiadas. É bem didático, traz as orientações bem precisas,
70 tem os videozinhos explicando a forma de acesso ao SLA. Ficou muito bacana,
71 muito legal, foi preparado com muito carinho. Se alguém tiver alguma dúvida de
72 como acessar, ele está na plataforma Trilhas do Saber. Se alguém tiver alguma
73 dificuldade, a nossa equipe está à disposição. É o mesmo e-mail da convocação:
74 assoc@meioambiente.mg.gov.br. Nós temos também, no menu 'COPAM', no site,
75 no menu de reuniões, um submenu que chama 'capacitação dos conselheiros'. Lá
76 também tem todas as informações sobre o primeiro e sobre o segundo curso, e nós
77 esperamos que agora seja contínuo. Nós já estamos trabalhando as temáticas por
78 unidade colegiada e em breve vamos ter mais informações e mais surpresas para
79 os conselheiros. Reforçando a importância desse curso para estarmos aprimorando,
80 para estarmos sempre em dia com os nossos conhecimentos em relação ao

81 regramento do Conselho Estadual de Política Ambiental.” **3) COMUNICADOS DOS**
82 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Denise Bernardes Couto:
83 “Falar da satisfação de ter o Rodrigo de volta. Pelo Sindistra, nós estamos muito
84 satisfeitos em ter você de volta, Rodrigo, e eu também pessoalmente. Você é uma
85 pessoa espetacular, um excelente técnico e fez tanta falta aqui para nós. Não que o
86 Breno não tenha suprido. Mas você fez tanta falta aqui, e ficamos muito felizes
87 porque você está bem e está conosco de volta. Eu estou feliz demais por te ver de
88 volta, muito mesmo.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Hoje a minha
89 consideração aqui é dar também as boas-vindas para o Rodrigo, mas também quero
90 passar uma situação aqui que eu falei na CNR, e acho que é importante falar sobre
91 isso. Já tem algum tempo – não sei se vocês conselheiros da CMI viram essa
92 discussão – que nós do Movimento Verde, assim como outras instituições, estamos
93 falando um pouco sobre a destinação de recursos da compensação ambiental,
94 compensação essa que muitas vezes é aplicada sobre os empreendedores, e esses
95 empreendedores não veem retorno. Por que eu digo isso? Nós sabemos, eu moro
96 em Paracatu e não sei se vocês sabem: Paracatu é uma cidade de agronegócio,
97 mineração, tem muitas atividades impactantes aqui, e em muitas delas incide a
98 compensação ambiental. Esse recurso, no fritar dos ovos, cai no caixa único do
99 Estado, e sabemos muito bem que esse recurso não é destinado às unidades de
100 conservação da bacia, como por exemplo aqui em Paracatu. E já há algum tempo
101 eu venho falando que a única solução para que esse recurso da compensação seja,
102 de fato, aplicado onde precisa talvez a solução seja via um fundo estadual de meio
103 ambiente, que nós ainda não temos em Minas Gerais. E aí eu já estou tentando
104 fazer há algum tempo articulação com alguns conselheiros, talvez tem conselheiro
105 que tem contato com deputado na Assembleia Legislativa. E precisamos de apoio
106 para criar esse fundo de meio ambiente. Por quê? Em exemplo ao episódio da
107 semana passada, o fogo adentrou a um empreendimento na zona de amortecimento
108 do Parque de Paracatu, esse empreendimento é classe 5, em que incidiu
109 compensação ambiental de R\$ 190 mil, e mesmo assim, durante o incêndio, o
110 incêndio queimou 500 hectares, sendo muitas áreas de reserva, muitas áreas de
111 APP, e quem teve que acudir o fogo e gastar dinheiro do bolso para apagar o
112 incêndio foi o próprio produtor rural, que já tinha pago compensação ambiental e
113 não teve nada em troca. O IEF, infelizmente, não teve estrutura suficiente para ir
114 acudir o fogo e confronta diretamente com o Parque Estadual nesse
115 empreendimento. Se não fosse o empreendedor ter uma vida financeira saudável,
116 muito provavelmente que o fogo tinha até entrado dentro do parque e criado um
117 problema muito maior. Então dentro desse exemplo vemos que realmente os
118 recursos não chegam aonde precisa. Paracatu é um lugar esquecido dentro da
119 Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O Parque Estadual aqui está criado. Quando
120 vemos programas de educação ambiental, programa de turismo, programa de
121 implemento... Recentemente, foi propagandeado um vídeo do Previncêndio, e não
122 se tem notícia de nada disso sendo aplicado aqui no Parque de Paracatu. Então é
123 meio que o lugar é esquecido. O parque existe, as compensações ambientais saem

124 daqui e vão para não sei aonde, e episódios como esse de fogo acontecem
125 repetidamente. Então com o intuito de sanar isso e propor uma ação eu quero
126 convocar: eu sei que aqui tem conselheiros muito importante, pessoal que tem, sim,
127 condição de nos ajudar nessa articulação na Assembleia Legislativa, para que a
128 criemos, sim, o Fundo Estadual de Meio Ambiente, para dois recursos,
129 principalmente, ficarem nesse fundo. Primeiro é o recurso da cobrança pelo uso de
130 água que está chegando e vai ser aplicado goela abaixo de todo mundo. E esse
131 recurso vai cair no caixa único do Estado, e o governador vai fazer o que ele quiser.
132 E segundo o recurso da compensação ambiental. A compensação minerária, com
133 certeza, tem a sua destinação um pouco mais direcional, mas na compensação
134 ambiental ainda não acontece isso. Em abril do ano passado – já tem mais de um
135 ano –, o Comitê do Paracatu enviou uma correspondência à Gerência de
136 Compensação Ambiental perguntando quanto de recurso foi cobrado em Paracatu,
137 na Bacia do Rio Paracatu, de compensação ambiental, desde a aplicação da lei. E
138 o que foi respondido? Nada, ninguém respondeu, ninguém sabe dizer quanto que
139 gastou, ninguém sabe dizer quanto que recebeu. E aí a população fica sendo
140 lesada. Eu fui conversei pessoalmente com esse empreendedor do episódio que eu
141 contei para vocês, e ele está se sentindo lesado porque ele é cobrado demais,
142 porque está na zona de amortecimento do parque; ele paga suas obrigações,
143 cumpre com todas as suas obrigações, pagou a compensação ambiental e mesmo
144 assim não tem nada em troca do Estado. Aqui em Paracatu a prefeitura não tem
145 estrutura para ajudar no Previncêndio, o IEF da mesma forma. Os Bombeiros têm
146 duas viaturas aqui, que têm que atender o município inteiro. Então esse
147 empreendedor está se sentindo lesado, e eu acho que isso se repete ao longo do
148 Estado. E com o intuito de sanar esse problema nós precisamos do fundo, para que,
149 com o Fundo de Meio Ambiente Estadual, consigamos instituições como a
150 ProMutuca, como o Movimento Verde, para que possamos pleitear montar uma
151 brigada de incêndio decente para os meses de julho, agosto, setembro e outubro.
152 Se você vier a Paracatu, vai ver uma cidade cinza, cheia de fumaça, com um pôr do
153 sol vermelho. Algumas pessoas acham bonito, mas é o Cerrado que sangra, a
154 verdade é essa. Então buscando criticar, mas também propor medidas para resolver
155 o problema, eu peço ajuda dos demais conselheiros que tenham porventura algum
156 contato para que evoluamos essa discussão e busquemos o Fundo Estadual de
157 Meio Ambiente para que possamos destinar o recurso como realmente precisa.
158 Conto com a ajuda de todo mundo, se alguém puder ajudar, nós estamos à
159 disposição e precisamos da ajuda de vocês.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
160 Nunes de Lima: “Bom dia a todos, especialmente ao nosso querido Rodrigo,
161 retornando depois dessa viagem longa que fez, mas graças a Deus voltou com muita
162 saúde. Isso é que nós queremos para você, muita paz, muita saúde, muita
163 disposição para o trabalho. Você é muito importante para nós. As próprias palavras
164 da Denise demonstraram isso. Presidente, a minha proposição é de unir, juntamente
165 com o Tobias, essa colocação relacionada com aplicações adequadas para o Fundo
166 de Meio Ambiente. Tobias, eu quero colocar a Sociedade Mineira de Engenheiros à

disposição. Isso já estava na nossa agenda de estudos e eventos que devemos começar agora com algumas reuniões presenciais na Sociedade. Através da nossa presidente Virgínia Campos, nós já estamos organizando esse tipo de agenda. E eu gostaria, inclusive, de contar com a sua presença. Então eu afianço o nosso interesse de realmente poder contribuir com esse tipo de trabalho. Porque eu vejo também a importância disso, a importância de fazer com que haja uma adequação para aplicação desses recursos. Já é de longa data que vemos, muitas vezes, esses recursos sendo transferidos para outras funções, mas eu vejo que ele deve ficar na área ambiental, que deve ficar na área de conservação. E ainda mais eu que sou membro também – já tinha avisado isso aos caros colegas conselheiros – da Biodiversitas, conselheiro, representando o nosso tão querido professor Ângelo, que se foi. Eu assumi a cadeira do professor Ângelo Machado na Biodiversitas. Então isso é muito importante para nós. A Biodiversitas também, Tobias, ficaria à disposição para isso, nós estamos juntando forças, e eu vejo que podemos contribuir muito para esse tipo de tema importantíssimo em toda a política ambiental do Estado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Depois eu até sugiro, Tobias, não precisa ser nesta reunião, mas em outra, que proponha uma moção dirigida mesmo ao poder público, ao governador, para atuar e fazer esse fundo.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Yuri, muito obrigado pelas boas-vindas, primeiro a você, que registrou aqui e registrou na última reunião que eu estava te atazanando pelo WhatsApp também. Muito feliz de voltar, muito feliz de poder estar aqui com vocês. Agradecer a todos os conselheiros e, nominalmente, à Denise, ao Orsini e ao Tobias, pela gentileza de me dar as boas-vindas, de ficar satisfeitos de me ver aqui. E agradecer a todos pelas orações, pela torcida, pelo pensamento positivo, pelo despacho feito na sexta-feira, enfim, aquilo em que as pessoas têm fé e que elas em algum momento, um minutinho que seja, dedicaram ao meu retorno. Deu certo. Estou aqui, vou continuar aqui atazanando vocês, vou continuar aqui discordando de vocês em muita coisa, concordando em outras. Enfim, é isso, eu queria agradecer. E ao Orsini, especialmente, agora que nos disse que está na Fundação Biodiversitas. Muito feliz por isso, Orsini, eu fui estagiário na Fundação Biodiversitas no início dos anos 90. Eu tinha como presidente o Ângelo Machado e como vice-presidente o Ilmar Bastos, então você imagina como que era a Fundação Biodiversitas, a alegria que era ter aquelas pessoas à frente da Biodiversitas naquele tempo. Além, é claro, da competência de todo mundo na fundação. Eu nunca vi tanta gente boa de serviço num lugar só. Além disso, a alegria da gestão de duas pessoas que foram sensacionais no meio ambiente. Então parabéns, Orsini, e muito obrigado a todos. E eu vou continuar aqui, nós temos processo na pauta hoje.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que agradecemos o retorno, Rodrigo.” **4) EXAME DA ATA DA 78^a REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 78^a reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 27 de agosto de 2021, com as seguinte alterações: – Linhas 53 e 54, onde está escrito “e da perda de emprego”, substituir por “que provocou a perda de emprego”; – Linha 59, onde está escrito “e nenhum controle”, leia-se “e sem nenhum controle”; onde está escrito

210 “de entrada”, leia-se “de acesso na estrada”; – Linha 73, substituir a expressão “nas
211 estradas em que está sendo prevista a construção” por “nas estradas que margeiam
212 o parque”; – Linha 433, substituir a palavra “sabe” por “saber”. Votos favoráveis:
213 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg, Relictos,
214 ProMutuca, SME e Abes.

**5) AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL
VINCULADA A LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ACESSO À INFORMAÇÃO.**

215 **Apresentação: Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental
(Suram/SEMAD).** Luana de Oliveira Barros Cruz, da SEMAD, fez apresentação
216 sobre acesso à informação no que diz respeito a autorização para intervenção
217 ambiental vinculada a licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi
218 disponibilizado no site da SEMAD.

**6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
EXAME DE LICENÇA PRÉVIA.**

**6.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Barragem
de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração. Tapira/MG. PA
00001/1988/032/2017, ANM 903.785/1988. Classe 6.**

Apresentação: Supram Triângulo Mineiro. Processo retirado de pauta com pedido de vista do Mover e vista
219 conjunta de Sindixtra, Fiemg e SME.

Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu
220 vou pedir vista do processo para que possa verificar melhor a instrução do processo,
221 já que é um alteamento de barragem já existente e identificamos que temos algumas
222 fragilidades, e eu preciso analisar todos os processos anteriores, portanto, preciso
223 de um prazo maior.”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “Vista para poder avaliar
224 as condicionantes do processo.”

Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan:
225 “Vista para análise de estabelecimento de condicionantes no PU.”

Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou pedir vista no sentido de conhecer
226 um pouquinho melhor o projeto de alteamento, apesar de já termos condição de
227 avaliar o estudo do pessoal do Triângulo. E verifiquei que o alteamento é até
228 pequeno, e tem um critério muito interessante de alteamento chamado alteamento
229 de linha de centro. Isso, de certa forma, dá uma certa segurança favorável a esse
230 tipo de alteamento. Quando se fala em alteamento de barragem, realmente, cria-se
231 esse problema. Mas eu peço vista para poder contribuir e conhecer um pouquinho
232 mais a questão do projeto de engenharia.”

Conselheiro André de Lima Andrade. “Eu
233 queria fazer um destaque. Já que vários pediram vista, eu imagino que esse
234 processo vai passar por uma avaliação bem robusta e criteriosa. O meu destaque e
235 comentário que faço é que eu senti uma ausência no parecer, pelo menos do
236 pessoal do Estado, da Supram, da discussão de alternativas tecnológicas,
237 principalmente, para o alteamento da barragem. Porque é um pré-requisito tanto do
238 estudo de impacto ambiental quanto da Lei da Mata Atlântica. Só podemos autorizar
239 a supressão da vegetação nessas características se comprovada a inexistência de
240 alternativa técnica e locacional. Locacional eu acredito que realmente não tenha,
241 porque é um empreendimento já existente. Agora, alternativa técnica, aí já estamos
242 sabendo, com a evolução da mineração, que tem várias alternativas à disposição
243 em barragem de rejeito. E é um item que não foi contemplado no parecer da Supram
244 Triângulo. Então eu queria que, quando voltasse esse processo, esse tema fosse
245 abordado pelo Estado, se possível. Eu imagino que tenha sido abordado no EIA.

253 Confesso que não li o estudo de impacto ambiental. Mas acho que seria importante
254 que essa análise fosse feita pelos técnicos do Estado para que, inclusive, tenhamos
255 mais segurança na hora de votar na próxima reunião." Presidente Yuri Rafael de
Oliveira Trovão: "Ok, conselheiro. Só salientando que o destaque do senhor é
256 importante. O processo não é discutido nesta pauta. Com pedido de vista, ele sai, e
257 nós não o discutimos. Mas fica registrado o destaque do senhor para que na próxima
258 reunião a equipe do Triângulo possa trazer essas informações. O pessoal do
259 Triângulo até solicitou para fazer um destaque aqui, porque aí os senhores que
260 pediram vista já pegam o processo redondo." Conselheiro José Angelo Paganini:
261 "Eu queria só reforçar o que o André disse. Um dos meus questionamentos seria
262 justamente a existência de tecnologias para dispor o rejeito a seco, por qual o motivo
263 que a empresa está insistindo em fazer alteamento de barragem. Eu precisava de
264 mais informações a esse respeito." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok.
265 Fica o registro. Então na próxima reunião a equipe do Triângulo faz as suas
266 ponderações. Eu passo para a equipe do Triângulo para o destaque que eles
267 solicitaram nesse ponto." Anderson Mendonça Sena/Supram Triângulo Mineiro:
268 "Tem umas correções a serem feitas no parecer. Já encaminhamos para a Vânia,
269 pedir para ela colocar na tela. Primeiro, na página 5, por favor. Antecipadamente,
270 eu também já queria explicar essas correções. O processo é de 2017, e esse
271 parecer começou a ser elaborado, logo após a vistoria, em 2018. E no decorrer da
272 análise o empreendedor fez uma alteração no projeto, e acabou que esses números
273 que vamos corrigir são referentes ao projeto anterior. Então estamos corrigindo para
274 colocar as condições do projeto atual, que é o que foi analisado por último. Então
275 na página 5 a cota final é 1.230 m, em vez de 1.225. Página 10, também toda a
276 parte de autorização para intervenção ambiental foi alterada no projeto, então
277 seguem essas alterações. Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa
278 em APP em 3,362 ha; intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em
279 APP em 0,6014 ha; supressão de cobertura vegetal nativa, 9,6955 ha de Floresta
280 Estacional Semidecidual. Também tirar esse final desse parágrafo, que no início do
281 processo tinha um fragmento que o empreendedor considerava como Cerradão,
282 nesse projeto anterior, e nós verificamos que se tratava de Floresta Estacional, na
283 transição, na verdade. E quando ele reviu o projeto ele já apresentou tudo como
284 Floresta Estacional. No final da página 11, as mesmas correções, alteração das
285 áreas. O que ficou no parecer são as áreas do projeto antigo. Então essas correções
286 de áreas de intervenção. E só constar que o quadro que está na página 10 é o
287 projeto atual, que corresponde a essas correções." Presidente Yuri Rafael de
Oliveira Trovão: "Feitas as correções, nós iremos alterar o parecer no site, e aí os
288 senhores terão o parecer corrigido, atual, disponibilizado." **7) PROCESSO**
291 ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM
292 LICENÇA DE INSTALAÇÃO. **7.1) Sandra Mineração. Mina da Limeira. Lavra a**
293 céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de
294 revestimento; estradas para transporte de minério/estéril externa aos limites
295 de empreendimentos minerários; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM)

296 com tratamento a seco. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA 4498/2020, ANM
297 814.029/1968. Intervenção Ambiental vinculada ao Processo SEI
298 1370.01.0039271/2020-69. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, III,
299 alínea b). Apresentação: Supri. Laura Bertolino de Souza Lima/Supri/SEMAP:
300 “Já peço de antemão pelos erros materiais que vou apresentar aqui. Na página 1, o
301 CNPJ do empreendedor, nós colocamos o do empreendimento nas duas caixinhas,
302 e eu pedi para consertar o CNPJ. Também na página 1 faltou o Masp de uma das
303 nossas analistas, que eu já enviei para a Vânia. A tabela de ART na página 2
304 também ficou faltando, a tabela completa. Na página 5, nós citamos essas
305 atividades, porque conferimos se o empreendimento se enquadra nesse tipo de
306 atividade, porém foi verificado que o empreendimento não se enquadra para
307 regularização dessas atividades. Então foi no parecer, mas na verdade essas
308 atividades deveriam ter sido retiradas, porque já conferimos que não se enquadra.
309 Na página 60, nós fazemos a discussão sobre área de influência de cavidade,
310 elaboramos um mapa, que acabamos esquecendo de colocar ilustrando a nova cota
311 para a área de influência. Então nesse destaque eu coloco o mapa correto,
312 demonstrando como que é a nova delimitação da área de influência. Na página 115,
313 nós colocamos que ‘foi apresentada uma proposta de medida compensatória por
314 meio do plantio da proporção 50 por 1’. Na verdade, a proporção foi de 10 para 1.
315 Onde se lê ‘50 para 1,’ é de ‘10 para 1’, que foi avaliada neste parecer. Nas
316 informações gerais, tem um quadro de intervenção, e o parecer foi enviado para
317 vocês com as mesmas informações que estão no corpo do parecer, porém temos
318 que destrinchar nessas tabelas. Então as novas tabelas têm o quantitativo da
319 intervenção detalhado, mas que foi discutido no corpo do parecer. Não alterou
320 nenhum quantitativo. Na página 174 ficou faltando citar o Anexo III, com as
321 coordenadas das áreas de influência. E eu queria acrescentar aqui, que verificamos
322 por último, na página 170, na condicionante 29, que descrevemos assim:
323 ‘Apresentar os resultados dos testes de vazão de bombeamento no centro das
324 dolinas em dois períodos secos’. Essa descrição foi antes de verificarmos que lá no
325 empreendimento já existe nas dolinas uma captação de água feita pela fazenda.
326 Então nós queríamos aproveitar esse poço que já está lá e que não está sendo
327 utilizado atualmente como forma de medição do nível estático. Então a nova
328 condicionante ficaria: ‘Apresentar os resultados de medição de nível estático no
329 poço de captação de dolina já existente, utilizado no passado pela Fazenda
330 Escrivinha como captação de água.’ E colocamos as coordenadas. ‘O
331 empreendedor se compromete, após as medições, implantar a laje sanitária, vedar
332 e fechar o ponto de monitoramento e fazer medição em dois períodos secos dessa
333 dolina.’ Também na condicionante 30 verificamos que colocamos assim: ‘Comprovar
334 a implantação de ponto de recolhimento de resíduos sólidos na entrada do
335 empreendimento, no acesso a partir da estrada MG 424’. Na verdade, a rodovia que
336 dá acesso ao empreendimento é a AMG-105. Então foi uma confusão que
337 aconteceu e que estamos corrigindo. É a AMG-105 a rodovia. E da condicionante
338 29 eu vou mandar para vocês a redação.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAP: “Só para

339 completar, todas as alterações, com exceção dessas condicionantes, já até foram
340 encaminhadas. Dessas duas que nós vimos por último, vamos encaminhar hoje
341 ainda, o parecer vai estar hoje ainda disponível todo certinho para os conselheiros.”
342 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Qualquer coisa, colocamos as
343 alterações das condicionantes em votação apertada, se houver necessidade.”
344 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu fiquei um pouco confuso com esse tanto
345 de alteração, e me preocupam um pouco essas retificações nos pareceres de última
346 hora assim com esse número de alterações, retirando até algumas atividades. Tudo
347 bem, atividades simplórias, mas pergunto se não tem algum problema processual
348 aí, presidente, sobre esse volume de alteração. Além disso, eu identifiquei que nós
349 temos oportunidade de melhorias nas condicionantes 13, 14 e 15 e talvez, em
350 confronto à condicionante 16, fazer uma argumentação. Se vocês puderem colocar
351 na tela, por favor, as condicionantes, fica mais fácil para discutirmos. As
352 condicionantes 13 e 14 são as condicionantes de compensação ambiental e
353 florestal. Obviamente que essas condicionantes são padrões, mas ainda vale a pena
354 nós tentarmos buscar aquela padronização, que é falando: ‘Protocolar perante a
355 Gerência de Compensação Ambiental processo...’ E aí as condicionantes 13 e 14
356 uma é de compensação ambiental e a outra de compensação florestal. Na 13 cita a
357 Gerência de Compensação Ambiental para fazer a compensação florestal. Eu não
358 sei se está muito correto isso, aí eu pergunto mesmo à equipe técnica. Na
359 condicionante 15, eles falam ‘firmar o termo de compromisso de compensação
360 florestal com a SEMAD dentro de 60 dias’. Esse prazo me preocupa um pouco,
361 talvez tenhamos que mudar a redação para: ‘Protocolar proposta de compensação
362 florestal, junto à SEMAD, das espécies protegidas dentro de 60 dias.’ Eu acho que
363 fazer o protocolo faz mais sentido do que assinar o tempo, que sabemos que muitas
364 vezes esse termo não é atingido. E na condicionante 16 eles falam sobre as
365 cavidades: ‘Não realizar nenhum tipo de atividade nas áreas de influência das
366 cavidades de máxima relevância.’ Eu já sugiro nós alterarmos essa condicionante
367 para: ‘Realizar o monitoramento das cavidades do entorno do empreendimento, da
368 área diretamente afetada do empreendimento, para atestar a não influência do
369 empreendimento nas mesmas.’ Durante a vigência da licença, fazer esse
370 monitoramento. Talvez faça mais sentido propormos o monitoramento do que
371 colocar uma regra que, em tese, ele já tem que cumprir. Ele não pode fazer
372 intervenção nas áreas de cavidades.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
373 Lima: “Primeiramente, eu queria parabenizar o pessoal da Supri, na pessoa da
374 Laura, e do Rodrigo também, porque é um relatório robusto, um parecer
375 extremamente detalhado, quase uma antologia da história da mineração de calcário
376 naquela região de Prudente de Morais. Prudente de Morais é um município que
377 precisa de investimento. E eu vejo também que esse empreendimento da Sandra
378 Mineração, que é um empreendimento novo, é muito importante para dar sequência
379 ao processo da indústria de calcário, da indústria de cimento, da indústria de cal
380 naquela região. Eu temo muito, já falei isso aqui em reuniões anteriores, talvez há
381 mais de ano, da necessidade de nós trabalharmos dentro de uma visão prospectiva

382 da região cárstica de Minas Gerais, principalmente essa região que vem de
383 Vespasiano, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Prudente de Moraes, chegando até,
384 quase esbarrando, em Sete Lagoas. Então eu vejo a necessidade, até mesmo
385 porque o nosso governador apresentou um fato muito interessante que foi a questão
386 desse novo processo de administração de unidades de conservação em regiões
387 cársticas, que é o Projeto Lund, que é muito interessante. Ele faz uma parceria muito
388 grande com a necessidade de um estudo mais abrangente de vinculação da
389 espeleologia na região. Nós temos hoje problemas sérios. Tivemos aqui problemas
390 com alguns estudos que foram aqui de dificuldades de expansão de áreas de lavra
391 de calcário em função de alguns aspectos de espeleologia citados aí. Então eu
392 queria convidar aos nossos companheiros, inclusive os representantes da Sede,
393 Dr. Marcelo, da necessidade de fazermos um estudo maior, um estudo que faça
394 com que tenhamos cada vez mais a nossa indústria de cimento bem estruturada na
395 região. Então o caso da Sandra Mineração é um caso de início de uma operação
396 minerária, conservando todos os aspectos de sustentabilidade – está muito bem
397 colocado – e convidando o governo, convidando os colegas para que não
398 percamos essa importante área de indústria do cimento em Minas Gerais,
399 importante para o nosso desenvolvimento econômico. Então eu queria aproveitar a
400 oportunidade que nós estamos avaliando o caso de uma mineração nova, concebida
401 com todos os critérios, e fazer com que não nos esqueçamos do global. E um estudo
402 mais abrangente da região seria muito importante, até mesmo calcado na
403 conservação de áreas importantes de cavernas que nós temos na região, uma
404 preciosidade. Então é isso, presidente, que eu queria deixar colocado na minha
405 palavra.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Senhor presidente, não é um
406 questionamento, mas eu gostaria que nessa condicionante 26 fosse um pouco
407 melhor explicado. Já que não sou biólogo, então eu não consegui entender,
408 principalmente quando fala de imprensa, de jornal. Eu gostaria só de entender mais,
409 gostaria de ver o porquê dessa redação, que eu achei meio complexa. Não é
410 questionamento, é só questão de entendimento.” Andrea Vilela/Sandra Mineração:
411 “Eu queria agradecer aos senhores e ressaltar a importância desse empreendimento
412 para a região, para o Estado de Minas Gerais. O calcário está altamente
413 demandado, a argila, por conta desse crescimento da construção civil que estamos
414 vendendo em todo o país. Então eu gostaria de contar com a posição dos senhores,
415 favoravelmente, à aprovação desse projeto, que é de suma importância. Muito
416 obrigada, e qualquer dúvida estou à disposição.” Leonardo Pittella/Virtual
417 Engenharia Ambiental: “O meu intuito era pedir a retificação da condicionante 30 e
418 a alteração da condicionante 29, providências dessas que a equipe da Supri já
419 tomou no destaque que fez, de forma que eu não tenho mais nada a acrescentar.”
420 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, então o senhor já está de acordo
421 com as alterações que foram propostas pela Supri. Não é isso?” Leonardo
422 Pittella/Sandra Mineração: “Sim, estou de acordo.” Edson Braga/Sandra Mineração:
423 “Primeiramente, muita situação, Rodrigo Ribas, de ver você bem, sorridente.
424 Momentos difíceis que você passou. Ficamos aqui com as nossas orações, temos

que essa doença tem seus altos e baixos e não está só na nossa mão, está na mão de Deus essa recuperação. Fico muito feliz mesmo com essa recuperação sua, e a nossa torcida continua com você, Ribas. Agradecer a Supri pela transparência e a lisura da condução dos processos. A Supri sempre sentou com todos os nossos técnicos, dirimiu todas as dúvidas. Eu acho que é esse o papel do Estado, de sempre ter o diálogo também, não só a imposição. Então registrar aqui, em nome da Sandra Mineração, que houve sempre a conversa com o empreendedor no intuito de tirarmos e sanarmos qualquer dúvida para termos um parecer, como muito bem dito pelo conselheiro, robusto, um parecer transparente e abordando todos os temas. E com isso só o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável que saem ganhando. Então como assessor jurídico de meio ambiente eu me coloco à disposição. Eu só queria colocar um ponto importante que está abordado no parecer, que esse empreendimento já foi, Orsini, objeto de operação no passado, já foi objeto de Licença de Operação, já foi licenciado. Mas, por erro da consultoria técnica, ela não respondeu a informações complementares hábeis à época e nem participou do COPAM. Inclusive, as atas antigas, acho que eram da CID, salvo engano, ou da CPI, a sigla antiga à época. Nós somos um pouquinho mais velhos de atuação no COPAM, na SEMAD, que os próprios conselheiros tentaram, de uma forma ou de outra, ver se achavam uma alternativa. Mas, infelizmente, juridicamente, como o empreendedor, via sua consultoria técnica, não tinha atendido os prazos e nem compareceu ao COPAM, e não tinha mais nada a ser feito, proceduralmente. Só para trazer essa tranquilidade para os conselheiros. Não restou nada para a Sandra além de ter que refazer todo um EIA/Rima de novo. O EIA/Rima é um estudo complexo, com análise toda novamente, tivemos que atualizar todos os estudos. Então voltamos aqui com um novo processo, o empreendimento já foi licenciado. Eu acho que é importante passar isso para os senhores como um histórico do que vimos discutindo. E me coloco à disposição para qualquer dúvida que for pertinente e desejo uma boa reunião a todos.” Carlos Frederico Souza Lott/Observatório Espeleológico: “Eu estou em nome do Observatório Espeleológico, uma associação civil, um instituto que fomenta a espeleologia, e nós tivemos acesso à pauta da Câmara, na quarta-feira, então confesso que não tive tempo de ler os estudos, mas tenho muita confiança nos estudos, porque conheço boa parte da equipe que fez os estudos no que tange a espeleologia. Mas eu gostaria de trazer para discussão, para esta Câmara, uma preocupação que nós do Observatório já temos. Inclusive, escrevemos uma matéria no jornal da Sociedade Brasileira de Espeleologia, informativo de nº 414, acerca do Decreto 48.063, que revogou áreas de proteção prioritária em áreas prioritárias para criação de unidade de conservação do Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte. Desses áreas – foram seis áreas – que eram previstas para criação, uma delas era Escrivânia. Eu sei que em 2009 teve um estudo grande para definir essas áreas, eu até participei de algum deles, que era o Decreto 45.097. Ele foi revogado. E tinha uma Resolução Conjunta SEMAD/Sedru nº 2, que previa essas áreas. Eram seis áreas, entre elas a Escrivânia. Esses documentos, pesquisas na área, desde 98, quando teve o Projeto Vida, passando

468 por 2009, todas apontam para alguns conjuntos espeleológicos de importância
469 significativa para a preservação do patrimônio na APA Carste. Como eu disse, não
470 tinha acesso aos estudos, tenho grande segurança nos profissionais que
471 participaram deles, mas gostaria de saber o seguinte. Se é de ciência desta Câmara
472 e se foram considerados os estudos que definiram essas áreas como de importância
473 prioritária e se, principalmente, esse decreto de 2020, se tiveram acesso aos
474 estudos. Porque nós do Observatório tentamos ter acesso a esses estudos e não
475 tivemos. Os estudos que foram feitos para dar segurança no decreto tirando essas
476 áreas, que são Escrivânia, Poções, Maciço do Baú, Veredas, Confins e Planalto das
477 Dolinas, que seriam as áreas prioritárias. Se esta Câmara Técnica e a equipe do
478 estudo tiveram acesso a esse documento que mudava essa condição de área
479 prioritária. E por que estou trazendo isso? Porque eu acho que seria importante, eu
480 conversei com alguns atores da espeleologia, inclusive, gente que participou do
481 Projeto Vida, de 98, e muito pouca gente da comunidade espeleológica está
482 sabendo, os que tive acesso. Sei que o processo está adiantado, já à beira de uma
483 votação, mas gostaria de sugerir que fosse considerada essa questão, porque ali é
484 uma área que já foi considerada como de interesse para criação de unidade de
485 conservação. Não obstante o estudo de licenciamento, que estuda as cavidades
486 como unidades na paisagem, mas quando se pensa na unidade de conservação,
487 igual já foi pensado – e tem documentos que pensaram nisso –, se está pensando
488 em um conjunto como um todo. Então eu acho que seria importante, se essa
489 discussão já não foi trazida para os estudos e aqui para esta Câmara Técnica, trazer,
490 talvez convidar mais pessoas envolvidas na atuação no carste de Lagoa Santa. Era
491 isso, a minha dúvida principal é essa. A Câmara Técnica e a equipe do estudo têm
492 ciência dessa qualificação que já foi dada para essa área, que era de interesse para
493 criação de unidade de conservação, e se tiveram acesso ao estudo técnico que tirou
494 dessa condição. Eu queria saber se isso foi considerado. E, se não foi, que seja
495 incorporado aos estudos e à discussão da Câmara Técnica.” Roberto
496 Cassimiro/Sociedade Brasileira de Espeleologia: “Eu considero que os
497 apontamentos do Sr. Orsini são fundamentais para o patrimônio espeleológico e
498 também arqueológico e destaco as observações e preocupações do colega do
499 Observatório Espeleológico, Fred Lott.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha
500 Coutinho: “Yuri, eu posso até estar enganada, mas acho que foram feitos inúmeros
501 questionamentos técnicos que a empresa se furtou de elucidar, e eu acho que é
502 este o momento para ela colocar. Acredito totalmente na capacidade da equipe
503 técnica da SEMAD para explicar os questionamentos que foram feitos pelos
504 conselheiros, mas eu não acho essa tática de repassar e falar que ‘estamos aqui
505 para responder dúvidas técnicas’. Diante de dúvidas técnicas, esperamos ela ser
506 chamada novamente para expor, porque este é o morrendo para a empresa falar,
507 ela tem que ter ciência de que se ela não for, por algum conselheiro, instada a falar
508 novamente, ela não vai ter voz. Então eu acho importante eles se posicionarem.
509 Fica aí como uma dica para os próximos processos que vão vir à pauta.” Presidente
510 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu concordo com a Verônica no sentido da

511 manifestação, e eu sempre falo isso nas nossas reuniões, que o momento da
512 inscrição do interessado, lembrando que o interessado só fala uma única vez, desde
513 que inscrito em livro próprio antes do início da reunião. E eu chamo o inscrito pela
514 segunda vez caso haja uma questão pontual perquirida pelo conselheiro para sanar
515 uma dúvida, até mesmo porque eu entendo que o maior interessado em defender o
516 seu processo tem que ser realmente o empreendedor. E a equipe apenas se
517 manifesta quanto ao parecer. Houve algumas ponderações pelo Sr. Carlos
518 Frederico, que também foi ratificada por um outro inscrito, só que foram até posterior
519 ao pessoal da empresa que falou sobre espeleologia. Antes de passar para a
520 equipe, eu vou voltar ao questionamento do Carlos Frederico Lott, vou passar para
521 a empresa para ver se isso realmente foi abordado nos estudos, essas observações,
522 essas pontuações que ele fez, e depois chamo a equipe. Mas primeiro eu vou
523 finalizar aqui com os conselheiros para depois passar para os inscritos,
524 pontualmente, respondendo àquilo que foi perquirido pelo Sr. Carlos Frederico."

525 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: No mesmo sentido que a Verônica falou, eu
526 acho que esse espaço que é dado aqui para esses inscritos é exatamente para eles
527 apresentarem o seu empreendimento. Mostrem o seu empreendimento, mostrem o
528 que vocês fazem, o que vocês vão fazer, mostrem o que vocês pretendem fazer
529 para mitigar os impactos causados. Aqui é o espaço para vocês fazerem isso. Então,
530 falando muito a curto e grosso modo, aproveitem esse espaço, que seja para
531 promover o empreendimento, mas tragam confiança para nós. Porque nós enquanto
532 conselheiros não estamos aqui para somente chancelar o que o governo manda
533 para nós, o parecer que chega, nós queremos entender o processo, queremos saber
534 o que o empreendimento tem de responsabilidade. Então, já fazendo essa
535 provocação também, usem este espaço aqui, nós não estamos para crucificar
536 ninguém. Tudo bem que podem ter tido episódios anteriores aqui em que o pessoal
537 era crucificado, mas em um novo momento aqui nós queremos entender e confirmar
538 o que foi apresentado no âmbito do licenciamento, porque muitos detalhes nós não
539 vamos poder saber, somente o pessoal da empresa que pode mostrar as boas
540 práticas, a metodologia de trabalho. Então usem esse espaço, parem de ficar 'se
541 houver questionamento, estamos aqui', vamos ser proativos, fazer algo diferente do
542 que é o padrão feito, está na hora de mudarmos este Conselho aqui e a visão entre
543 conselheiro e empresa. Estamos aqui realmente para entender e contribuir um com
544 o outro, não é só para brigar ou questionar, nós estamos aqui para construir juntos.
545 Faço essa provocação para a empresa, para que eles façam suas devidas
546 apresentações." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, fica a dica.

547 Inclusive, eu falo pela minha formação – sou advogado –, quando fala muito sobre
548 o sistema de produção, no que pese que estou desde 2006 trabalhando com a
549 equipe técnica, muita questão de produção, de sistema de produção, de filtragem,
550 de empilhamento, se você trouxer uma apresentação às vezes consegue clarear.
551 Para mim, e creio que também, no que pese nós termos vários conselheiros que
552 têm a formação minerária, o Dr. Orsini, o Claudinei, várias pessoas que têm essa
553 formação técnica mais graduada nesse aspecto, mas para nós – vou colocar a

554 gente, Denise, que é da área do direito –, temos uma certa dificuldade de estar
555 visualizando. E eu acho que sempre essas apresentações são muito bem-vindas.
556 Lembrando que os senhores inscritos têm 5 minutos para poder se manifestar, mais
557 1 minuto pela Presidência e mais 5 minutos, caso haja necessidade, em votação
558 pelo Conselho. Então um tempo razoável para estar apresentando o
559 empreendimento. Mas eu volto ao Conselho. Mais alguma ponderação? Não
560 havendo, eu vou chamar a equipe da empresa, antes de passar para a equipe da
561 Supri, para esclarecer esses pontos em relação às considerações que foram feitas
562 pelo Sr. Carlos Frederico e chanceladas depois por um outro inscrito, o Cassemiro.”

563 Leonardo Pittella/Virtual Engenharia Ambiental: “Eu sou Leonardo, faço parte da
564 equipe de consultores da Sandra Mineração, e um ponto importante a ressaltar,
565 antes de esclarecer as questões colocadas pelo conselheiro, é que esse
566 empreendimento foi estudado durante um prazo muito longo. Então, originalmente,
567 no começo dos estudos, não tinha ainda esse advento que ele mencionou desse
568 decreto que cancelou algumas áreas que estavam indicadas como possíveis áreas
569 para criação de unidade de conservação. Esse cancelamento que ele mencionou
570 aconteceu posteriormente. Originalmente, quando nós nos desdobramos sobre a
571 área e fomos avaliá-la sob a ótica, inclusive, da viabilidade espeleológica, ainda
572 existia essa proposta de criação de um SAP. Agora é importante frisar que a área
573 da Sandra Mineração, a mina, a cava da mina está localizada no maciço calcário ao
574 qual damos o nome de maciço Limeira. A Escrivânia, o maciço calcário da
575 Escrivânia, que é o maciço ao qual normalmente estão relacionadas as lembranças
576 sobre relevância, sobre fatos históricos associados, não faz parte da área de
577 interferência direta do empreendimento, ele está nas vizinhanças, era essa área que
578 o SAP propôs preservar, caso tivesse sido criada uma unidade de conservação. Não
579 envolvia o maciço Limeira, que é o maciço onde a cava está. E todas as propostas
580 que foram feitas no intuito da preservação, do controle de impactos ambientais, o
581 que foi feito para todo o contexto do entorno, mas particularmente para Escrivânia,
582 porque a Escrivânia sempre foi colocada, inclusive por nós, como uma área de alta
583 relevância e precisava ser protegida pelos sistemas de controle que foram
584 sugeridos. Então tem uma série de soluções de controle ambiental, de mitigação de
585 impacto, a própria conexão entre o parque industrial e a mina foi concebida dentro
586 de alternativas que foram avaliadas, inclusive, com EIA/Rima, para minimizar o
587 impacto especificamente sobre o maciço Escrivânia, que está e estará intacto e
588 protegido e poderia eventualmente sofre um impacto indireto, se fosse o caso de
589 não haver medidas mitigadoras e de controle. Então houve um esforço específico
590 para propôs esse controle, pensando no maciço Escrivânia. Como eu disse, está
591 protegido. Inclusive sob o aspecto da compensação florestal pelo desmate de
592 formações do bioma Mata Atlântica que se dará na cava, no outro maciço, chamado
593 Limeira, a compensação florestal que propusemos foi exatamente em cima do
594 maciço da Escrivânia. E vai haver lá um gravame, uma servidão florestal criada
595 sobre aquele maciço, dentro da lógica da compensação florestal do projeto. É o que
596 eu gostaria de esclarecer. E fico à disposição para qualquer outro esclarecimento.”

597 tem problema." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Na leitura que
598 eu fiz, no estudo que eu fiz do Parecer Único, essa questão que o Leonardo Pittella
599 acaba de falar consta lá. Eu já tinha esse conceito dentro do planejamento
600 espeleológico, falando de uma linguagem mais clássica, que a área da Escrivanha
601 seria uma área de compensação florestal e, evidentemente, de alguns tem requisitos
602 espeleológicos específicos que lá constam. Então o relatório já fala isso muito bem.
603 Então eu vejo que a turma do Rodrigo, especialmente a Laura, pegou esse ponto
604 todo, e ficou muito claro. Para mim não tem dúvida nenhuma com relação à
605 espeleologia. Aquilo que eu comentei é mais sobre o aspecto geral de toda a região,
606 é um assunto que depois podemos trazer aqui para uma abordagem um pouco mais,
607 principalmente com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que
608 cuida na área da nossa querida Maria Eugênia, cuida dessa situação da região
609 cárstica na produção do cimento. Mas na questão que o Leonardo Pittella colocou
610 está muito claro para nós e tecnicamente e perfeitamente resolvido." Presidente Yuri
611 Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Mais algum conselheiro, antes de passar à equipe
612 da Supri? Então chamo a equipe da Supri, e vamos trabalhar da seguinte forma,
613 Rodrigo, com sua equipe. O empreendedor já falou que tem concordância com
614 aquelas alterações propostas por vocês. Se você já puder trabalhar aquela que foi
615 proposta também pelo Tobias, se está de acordo, se não está. Se não houver muita
616 coisa, se houver necessidade, colocamos em apartado para votação, colocamos o
617 parecer e depois a inclusão e as alterações das condicionantes. Mas aí vamos ver
618 o andamento." Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "Nós vamos começar do final. Pode
619 ser, senhores conselheiros? É porque eu acho que o assunto da manifestação dos
620 inscritos, do Sr. Casimiro e do Frederico Lott, acabou concentrando na espeleologia
621 e nos Decretos 44.500, 45.097 e 48.063. Acho que é isso mesmo. Enfim, qual é a
622 ideia aqui? Só para podermos explicar. O Leonardo Pittella já falou, o Orsini também,
623 e isso está no parecer. Mas só para deixar bastante claro para que os conselheiros
624 tenham muita tranquilidade. O Decreto 44.500 foi pensado para reduzir impactos
625 para ordenar aquele desenvolvimento que havia sido previsto para o Votor Norte
626 quando da proposta da criação e migração da administração pública para a Cidade
627 Administrativa e o desenvolvimento do que se chamava à época de aerópolis, o
628 desenvolvimento de Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Vespasiano, que seria o
629 vetor de desenvolvimento prioritário do Estado de Minas Gerais naquela época de
630 criação da Cidade Administrativa. Por isso ele foi pensado assim. No Decreto
631 45.097, foram separados como áreas prioritárias para conservação, vamos chamar
632 assim de uma maneira geral, municípios inteiros. Então tem Ribeirão das Neves,
633 Confins, Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Capim Branco, esses municípios
634 todos foram considerados como áreas para conservação de uma maneira geral. E
635 foram estabelecidas regras, regramentos para licenciamento ambiental nessas
636 áreas. Ao mesmo tempo, foi proposto o Sistema de Áreas Protegidas (SAP) para
637 garantir que ficassem protegidas algumas áreas ambientalmente frágeis e
638 interessantes. Só que nesse decreto, o Decreto 44.500, se não me engano, ficou
639 determinado o estudo, pelo órgão gestor, das áreas mais importantes para criação

640 de unidade de conservação. Então determinou ao IEF que se fizesse um estudo.
641 Artigo 3º do Decreto 44.500. Estabeleceu no inciso IV: elaboração de estudos
642 destinados a subsidiar a criação de uma rede de áreas protegidas dentro do Votor
643 Norte, que seria o SAP. O que aconteceu durante esse tempo de vigência dos
644 decretos? O IEF fez esse trabalho, o IEF cumpriu o ordenamento do decreto, fez os
645 estudos necessários nessa área e separou as seguintes áreas que são áreas
646 prioritárias para conservação da biodiversidade e criação de unidade de
647 conservação, que são Cauaia, Serra da Lagoa Dourada e Serra do Baldim. Então o
648 IEF fez esse trabalho. É isso que o Leonardo falou. Quando o processo começou –
649 esse processo é mais antigo –, ele teve uma série de alterações por causa de
650 mudança de legislação, por causa de mudança de projeto. Quando o Edson Braga
651 vira e fala assim, ‘queria agradecer a equipe por conversar’, é porque nós e a equipe
652 da Supram Central, que participou também, ficamos insatisfeitos com o projeto no
653 passado por causa da possibilidade – não é nem da previsão – de impacto na área
654 de influência de cavidade de máxima relevância. Então nós discutimos projeto com
655 o empreendedor, e eles propuseram fazer correia suspensa para passar por cima
656 da área, propuseram usar estrada, propuseram fazer uma correia do lado da
657 estrada, enfim, houve uma série de discussões técnicas para concluirmos qual era
658 aquela que não causava impacto nessas áreas de influência e nem nas áreas de
659 influência de Escrivânia, que continuam protegidas. Não tem nenhuma cavidade do
660 maciço de Escrivânia, que está logo ao lado, que seja impactada pelo
661 empreendimento. Isso foi bastante discutido e resolvido. Eu gostei da forma como o
662 inscrito manifestou dizendo o seguinte, tem muita segurança em relação aos
663 estudos espeleológicos que foram apresentados. Eu vou fazer minhas as palavras
664 dele, e não por causa do empreendimento do empreendedor, mas por causa dos
665 analistas consultores que foram trazidos, que são pessoas reconhecidas no meio
666 espeleológico como referência, o Alan, o Robson também. São referência no meio
667 espeleológico. Vieram, discutiram conosco, nos contrariaram algumas vezes. Nós
668 os contrariamos também algumas vezes e ajustamos para que tivesse a melhor
669 qualidade dos estudos, inclusive levando em consideração eventuais proteções que
670 tinham no passado. Os decretos do SAP foram revogados em 15 de outubro de
671 2020. A revogação é recente, é muito posterior aos estudos todos que foram feitos.
672 Então nós ficamos muito tranquilos em relação a isso e trouxemos isso para o
673 processo. Em relação às condicionantes 13, 14, 15 e 16, eu vou falar só da 13 e da
674 14 e vou passar para a Laura e, se for o caso, ao Gabriel também. O Gabriel não foi
675 citado nominalmente, mas ele deu grande apoio na análise. Não só ele, a equipe
676 toda. Então nós vamos discutir essas condicionantes que o conselheiro Tobias
677 apresentou. Tobias, a 13 e a 14 não temos como mudar. Apesar de o nome ser
678 compensação florestal. Porque compensação ambiental fica tranquilo,
679 compensação do Snuc, a 9.985/2000, artigo 36, que é aplicação objetiva. A
680 chamada compensação florestal, essa que está aqui é compensação florestal do
681 artigo 75 da Lei 20.922, ela é compensação pecuniária também. E o Decreto de
682 Competências do IEF leva a competência de coordenar, não só coordenar, de

683 analisar, de validar as propostas de compensação pecuniárias, tanto a do artigo 36
684 do Snuc quanto a do artigo 75 da Lei 20.922, à Gerência de Compensação
685 Ambiental do IEF. Então não dá para ser de outra forma, esse padrão aqui foi o que
686 a gerência indicou para todos os processos. Vai continuar vindo assim, vai continuar
687 vindo nesse prazo, vai continuar vindo dessa forma porque é uma orientação da
688 gerência que é competente. Então esses, não tem como alterar ainda, são
689 compensações pecuniárias vinculadas à gestão financeira que o IEF exerce sobre
690 essas compensações. Eu vou passar para a Laura então para ela continuar e
691 depois, se for o caso, eu volto aqui um pouquinho.” Laura Bertolino de Souza
692 Lima/Supri/SEMAD: “Em relação ao comentário do conselheiro em relação à
693 condicionante 12, que é ‘apresentar programa específico para monitoramento das
694 doenças transmitidas pelos vetores encontrados na AID’, foi uma discussão que nós
695 fizemos, e eu não entendi muito bem a dúvida sobre a condicionante 12. Se ele
696 quiser repetir. Mas é porque nós queremos que o empreendimento monitore esses
697 vetores para ver o equilíbrio naquela área, o equilíbrio desses vetores naquela área.
698 Em relação à condicionante 15, o próprio termo de compensação das espécies
699 protegidas tem condicionantes para protocolo, junto ao órgão ambiental, do termo
700 assinado. Não sei se foi essa a questão que ele estava colocando, mas ‘firmar termo’
701 eu acho que foi a palavra que ele gostaria de trocar. Eu não vejo por que trocar já
702 que no próprio termo vai ter as condicionantes de protocolo dentro do órgão
703 ambiental.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Deixa eu só completar. É porque a
704 proposta de compensação de espécies ameaçadas está dentro do processo,
705 Tobias. Então quando trazemos o parecer já veio, a proposta foi protocolada
706 juntamente, nós já aprovamos tecnicamente. Então só precisa agora firmar o termo
707 de compromisso e cumprir as obrigações. É por isso que vem assim: ‘firmar o termo’.
708 Dentro do termo tem as obrigações, o que ele tem que protocolar, quando é que ele
709 protocola, o que ele registra em cartório, o que ele não registra. Se tiver, por
710 exemplo, obrigação de PTRF, o protocolo de acompanhamento durante cinco anos,
711 pelo menos, isso já está no termo. O termo é meio padrão, e é por isso que
712 colocamos ‘firmar’.” Laura Bertolino de Souza Lima/Supri/SEMAD: “A
713 condicionante 16 eu sei que parece chover no molhado, porque as cavidades de
714 máxima já não poderiam ser intervindas, mas é só reforçando essa importância das
715 cavidades de máxima no empreendimento, para dar atenção nisso mesmo. Em
716 relação à condicionante 26, é uma condicionante padrão também, que vemos na IS
717 08, que é a IS do Estado que orienta a análise espeleológica nos processos de
718 licenciamento. E nas cavidades em que ocorrem os táxons o empreendedor tem
719 obrigação de fazer essa descrição e enviar para publicação essa descoberta desses
720 táxons novos em periódicos e em revistas reconhecidas. O Tobias também
721 comentou sobre o monitoramento. No item 2.3, na página 81, nós falamos dos
722 monitoramentos sobre as cavidades. Estão previstos monitoramentos sobre
723 cavidades de máxima relevância, de alta, de média, conforme a análise de impacto
724 do empreendimento. Então a questão do monitoramento já está prevista, já foi
725 analisada no PCA do empreendimento, e entendemos que isso também já está

726 coberto, já é uma obrigação do empreendimento fazer, conforme a nossa análise.”
727 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Talvez eu não tenha sido muito preciso no
728 que eu falei, mas eu sou aquele cara chato nos procedimentos da padronização.
729 Então considerando que tem um parecer da Supri também de um processo que
730 nós já votamos aqui em que a redação está diferente – não estou falando para
731 excluir a condicionante, de forma alguma –, se nós olharmos as outras redações,
732 ela está um pouquinho diferente, e eu acho que é importante citar as Portarias do
733 IEF que regraram essas compensações, exatamente para ficar claro como que o
734 empreendedor deve conduzir. Nesse processo em questão, que é o parecer do
735 processo 397169/2021, fala ‘formalizar perante a Gerência de Compensação
736 Ambiental do IEF processo de compensação florestal/minerária (que não é o caso
737 de minerária), conforme procedimento estipulado pela Portaria 27/2017.’ Eu acho
738 que isso é importante colocar porque é a Portaria que vai, entre aspas, reorientar o
739 empreendedor. E na condicionante de compensação ambiental, a mesma redação:
740 ‘Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de
741 compensação, conforme artigo 36 da lei federal, e procedimentos estipulados pela
742 Portaria IEF 55/2012’. Eu também acho interessante deixar essa redação. Acaba
743 que resolve dois problemas: orienta o empreendedor e padroniza. O prazo de 120
744 dias está ok. A proposta de compensação, firmar o termo de compromisso, beleza,
745 se já está analisada, é só firmar o termo, tranquilo. A minha preocupação é só quanto
746 ao prazo mesmo, porque nesse processo em questão foi dado 90 dias, e aqui
747 estamos dando 60. É importante padronizar. Ou padroniza 60 ou 90 de agora para
748 frente, não tem jeito de retroagir. Só essas considerações. Eu acho que não muda
749 muito o sentido do negócio. Sobre a condicionante 16, se o monitoramento está
750 previsto no âmbito da análise do processo, eu ainda assim sugiro que deixemos isso
751 como condicionante. Por quê? Pensando muito na prática, nós já vimos alguns
752 empreendimentos aqui que não conseguiram ter acesso ao que está posto no
753 licenciamento ambiental, talvez troca-se consultoria, troca-se um colaborador, e
754 perde-se a exigência do monitoramento, porque o monitoramento está só dentro do
755 processo. Perde-se, eu digo não olhando pela nossa perspectiva, olhando como
756 empreendedor, porque para cumprir alguma coisa ele vai olhar essas
757 condicionantes; se não está evidenciado ali muitas vezes ele pode perder isso.
758 Então eu gostaria ainda de discutir um pouquinho se não é viável colocar isso como
759 condicionante para que ele não se perca, não deixe de fazer esse monitoramento.”

760 Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Em relação às condicionantes 13 e 14, Tobias, a
761 compensação do artigo 75 é chamada de compensação minerária porque só se
762 aplica a empreendimentos minerários que façam supressão de vegetação. É por
763 isso que, nominalmente, ela é tratada como compensação minerária, para não
764 confundirmos com as outras compensações. Infelizmente, os nomes de
765 compensação são muito parecidos. Então chamamos de compensação ambiental
766 do artigo 36, de compensação minerária do artigo 75 da Lei 20.922, de
767 compensação florestal ou das espécies ameaçadas. Então é só nomenclatura. Mas
768 eu estou de acordo de colocar na condicionante também. Eu acho que nesse sentido

só traz esclarecimento e nenhuma diferença em relação à obrigação de cumprir.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só um momentinho, porque aí já fazemos a alteração no texto para adiantar o nosso processo de votação. Você está com ela aí, Tobias? Leia para nós.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Estou, sim, presidente. A redação dada para compensação florestal é ‘formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de compensação florestal conforme procedimentos estipulados na Portaria IEF nº 27/2017.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mas essa é do artigo 75 da Lei 20.922, Rodrigo? É a mesma?” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “É essa, está certinho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Rodrigo, o prazo da 15, em outros casos, está 90, e aqui está 60. Padronizamos em 60 ou 90?” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Nesse caso, então, eu sugeriria padronizar em 90, porque o termo só é considerado firmado quando assinamos, quando o sujeito consegue registrar e trazer a comprovação para nós. E como estamos num momento em que cartório é difícil, tem cartório que aceita assinatura digital, tem cartório que não aceita, tem que reconhecer firma em um e não tem em outro, então preferimos dar um prazo maior. É fundamental que isso não impacta na análise, a obrigação de fazer continua igual. É questão cartorária, é material pura e simplesmente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Você ia fazer alguma outra observação, Rodrigo?” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Eu ia fazer em relação ao monitoramento. O que acontece, Tobias? Você vai me desculpar de discordar de você, porque não podemos trazer análise de impactos ambientais feita pelas Supramps, de uma maneira geral, trazida para votação do Conselho, como simplesmente o cumprimento de condicionante no futuro. A condicionante é aquilo para além das obrigações que já foram apresentadas pelo próprio empreendedor. Só lembrando do processo de licenciamento, ele começa com uma ideia, um projeto do empreendedor, um pedido. Ele fala assim: ‘Eu quero fazer tal atividade em tal lugar.’ Para cumprir esse pedido, ele vai fazer um diagnóstico ambiental dizendo como é esse lugar e já vai apresentar para nós um plano de controle ambiental dizendo quais são as ações que ele entende como necessárias para controlar, mitigar impactos negativos, compensar aqueles que não são mitigáveis ou controláveis e melhorar, ampliar o efeito de impactos positivos, que é o PCA inteiro do empreendimento. Então ele traz um robusto, que é o plano de controle ambiental dele todo, para dentro do processo. E nós analisamos esse PCA e estamos de acordo com o PCA. Na hora que fazemos o parecer pelo deferimento, fala ‘sim, o projeto é viável ambientalmente, na balança entre desenvolvimento e proteção ambiental ele tem um trade-off que é positivo’, podemos assinar embaixo dizendo que o projeto é importante e é bom. Importante do ponto de vista econômico e social, bom do ponto de vista de proteção ambiental, desde que cumpridas as suas obrigações, aquelas que ele trouxe para dentro do processo. Ele trouxe essas obrigações, e essas obrigações estão descritas e avaliadas no Parecer Único. Então o Parecer Único não pode ser só o Anexo I, ele é o Parecer Único inteiro. O anexo é o seguinte: nós achamos que algumas informações não eram suficientes, não estavam claras ou não condiziam com a

nossa análise para além daquilo que ele colocou. E aí nós colocamos as condicionantes do Anexo 1 e colocamos as necessidades de automonitoramento, de controle ambiental no Anexo II. Esse é o padrão das análises das equipes. Não dá para simplificar os processos de licenciamento no anexo de condicionantes e falar ‘se ele não olhar a condicionante ele não cumpriu’. Cumpriu, porque está no PU, e ele tem obrigação de, a cada renovação, mostrar que cumpriu. O relatório de desempenho ambiental trazido para renovações de licença tem que demonstrar que ele teve desempenho ambiental, que começou de um jeito, de acordo com o diagnóstico, cumpriu os planos de controle ambiental e as condicionantes, para poder ter direito a renovação. Se ele cumprir todas as condicionantes e nenhuma das ações do PCA, ele não recebe a renovação, não deve receber a renovação, porque é uma obrigação que ele se impôs. Eu vou deixar bem claro com vocês, eu já briguei aqui com a equipe que a condicionante 16 não tem nem que estar lá, porque ela é fazer o cara cumprir a lei. É absurdo ter que falar para o empreendedor, que tem uma empresa, uma equipe jurídica para auxiliar, e falar com ele ‘olha, você vai cumprir a lei porque eu escrevi na condicionante.’ Não, ele tem que cumprir, ponto, assim como ele tem que cumprir o plano de controle ambiental. É por isso que não colocamos e sugerimos não colocar, porque senão daqui a pouco, Tobias, em vez de fazer análise de impacto e trazer o parecer com cento e tantas, duzentas e tantas páginas – sabemos que é pesado para vocês –, imagina, ler milhares de páginas e fazer uma análise que cabe nessas cento e poucas, dizendo quais são as condições que achamos necessárias para o empreendimento andar. E jogar essa análise toda fora e trazer só um anexo de condicionantes e falar assim: ‘Olha, o empreendimento pode, desde que compra essas condicionantes.’ Eu acho que torna muito rasa essa análise que temos trazido para cá. Tem quatro anos que estou aqui na Supri, Tobias, conselheiros, e o tempo todo aprendemos, o tempo todo qualificamos a nossa análise dentro do processo. E eu acho que trazer só para a condicionante é desqualificar a análise, é desqualificar o conhecimento que vocês precisam ter para poder votar tranquilamente no processo. Por isso que, nesse caso, somos contra. Agora, de novo, nós somos só suporte para o Conselho. Se vocês querem que coloca, o Conselho vai votar para colocar, nós vamos observar a condicionante. É só uma questão da nossa posição técnica aqui.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Rodrigo, eu entendo seu posicionamento também, eu acho que realmente a análise não fica no anexo de condicionantes, mas ainda assim me preocupa dos empreendedores que deixam de ler o Parecer Único para tocar a sua licença. Mas fica a ressalva, se não tem a necessidade de colocar como condicionante, ficam o alerta e a ressalva para os empreendedores se aterem aos programas previamente apresentados ao órgão ambiental, eles não podem virar as costas ao que foi previamente apresentado na construção do processo. É isso, mas valeu a discussão. Muito obrigado, Rodrigo, e fica ao Conselho se quiser colocar ou não. Estou satisfeito, mas fica a ressalva para os empreendedores ficarem atentos ao que já foi apresentado. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, com a concordância da Supri, a 13 e a 14 ficam com a seguinte redação:

855 'Formato formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF
 856 processo de compensação florestal/minerária conforme procedimentos estipulados
 857 na Portaria IEF 27/2017, com prazo de 120 dias.' A 14 fica com a seguinte redação:
 858 'Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de
 859 compensação ambiental conforme artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 e
 860 procedimentos estipulados pela Portaria IEF 5523/2012, pelo prazo de 120 dias.' Ou
 861 seja, só houve alteração na redação. E na 15 o prazo passa de 60 para 90 dias. E
 862 houve aquelas outras alterações que foram relatadas pela Laura logo no início do
 863 destaque. A 29, apresentar os resultados da medição de nível estático de poço de
 864 captação de água que já existe na dolina utilizada no passado pela Fazenda
 865 Escrivânia como captação de água. O empreendedor se compromete, após
 866 medições, implantar a laje sanitária, vedar e fechar o ponto de monitoramento e
 867 fazer medição em dois períodos secos dessa dolina.' Na 30, tira MG-424 destaca a
 868 AMG-105. Então são essas as considerações. Retorno, consideração final pela
 869 equipe ou pelo Conselho? Já houve a concordância do empreendedor em relação
 870 às alterações propostas pela Supri, e as demais são alterações de texto, e o prazo,
 871 obviamente a empresa não vai reclamar que teve 20 dias a mais, 30 dias a mais em
 872 relação ao prazo. Com essas considerações e observações e alterações já feitas,
 873 coloco em votação o item 7.1, Sandra Mineração, Mina da Limeira." Votos
 874 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg,
 875 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então
 876 processo aprovado com 12 votos favoráveis." **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
877 PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE
878 INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. **8.1)** ArcelorMittal Brasil S/A. Mina
 879 Córrego Fundo. Lavra a céu aberto, minério de ferro; Unidade de Tratamento
 880 de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; pilhas de rejeito/estéril, minério
 881 de ferro; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,
 882 instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e
 883 postos revendedores de combustíveis de aviação; central de recebimento,
 884 armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão,
 885 plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou
 886 produtos químicos, exceto agrotóxicos; disposição de estéril ou rejeito inerte
 887 e não inerte de mineração em cava sem a necessidade de beneficiamento;
 888 reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilhas de estéril
 889 ou rejeito; estação de tratamento de esgoto sanitário. Itatiaiuçu/MG. PA
 890 00366/1990/040/2019, ANM 13.845/1967. Processo Híbrido SEI
 891 1370.01.0010958/2021-60. Classe 6. Apresentação: Supri. Conselheiro Tobias
 892 Tiago Pinto Vieira: "Senhor presidente, neste empreendimento em questão, eu
 893 gostaria, de antemão, assim como nós provocamos no outro empreendimento, que
 894 os empreendedores apresentassem, porque nesse caso em questão existe, sim, a
 895 deposição a seco. Eu acho muito importante que nós tenhamos a oportunidade de
 896 conhecer, assim como eles já nos procuraram, entraram em contato, fizeram
 897 apresentação para que nós conheçamos o projeto. Eu achei muito bacana. Em

busca de dar essa transparência e a oportunidade de todo mundo conhecer o processo e debatermos isso cada vez mais, eu peço, por gentileza, se a empresa tiver oportunidade de apresentar, discutir um pouco sobre o processo, o processo de secagem do rejeito, eu acho muito bacana. E ainda dentro das minhas considerações temos as mesmas adequações do processo anterior quanto à redação das condicionantes 3 e 4." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, Tobias, eu já até solicito à Sabrina que adeque a 3 e a 4. Nós já temos a concordância da Supri nesses dois pontos, só mesmo de redação." Conselheiro José Angelo Paganini: "O Parecer Único afirma que, apesar de possuir licenças para aproveitamento do material disposto na barragem, a mesma está suspensa, considerando ausência de estabilidade da mesma. Assim, a atividade só será reiniciada após manifestação da Supram Central de Minas. E eu gostaria de saber como está a estabilidade da barragem hoje e se a atividade de aproveitamento de resíduos já foi restabelecida. O Parecer Único também informa que rejeitos serão depositados na cava da mina. 'Este método de manuseio de rejeitos possibilita a desidratação da polpa, por infiltração da fração líquida no interior da cava.' Eu gostaria de saber como é feito o controle da água subterrânea em função dessa infiltração de efluentes da desidratação da polpa do rejeito. Então essas duas dúvidas que eu gostaria de esclarecimento." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Presidente, o meu destaque é em função do que a gente já vem discutindo muito aqui, que é melhoria de processo em mineração. Eu falo isso com muita ênfase, acho que cada vez que nós recebemos um projeto da natureza da ArcelorMittal que vem com essa tarja, com esse ícone de recuperação de polpa, filtração, e evitar que essa polpa vá a barragens, isso nós temos que aplaudir. O próprio Tobias já fez esse comentário quando nós tivemos aqui aquele caso da AngloGold, e foi muito bacana aquele tipo de apresentação que foi feita. Eu também concordo com o Tobias e concordo com a equipe da ArcelorMittal. Eu queria, nesse aspecto, dizer que fizemos uma reunião com eles, uma reunião na qual eles fizeram apresentação desse novo sistema, o que eu achei sensacional. Como engenheiro de minas, como pessoa que conhece a questão do tratamento dos minérios, eu acho que é importante. Então eu renovo o pedido do Tobias de que o pessoal presente da ArcelorMittal, se é que estão credenciados a falar, que possa fazer uma apresentação ilustrativa desse sistema, que é muito importante. Inclusive, José Angelo, isso vem resolver uma série de problemas nossos. Eu acho que a sua preocupação pela hidrologia, a sua preocupação pela qualidade das águas dentro de uma cava ou dentro de qualquer sistema que percole isso para áreas do aquífero, eu acho muito importante essas considerações que estão sendo feitas. Isso leva em conta, principalmente, que nós precisamos ter melhoria realmente na mineração, a melhoria no processo, a melhoria na condução dos insumos e dos rejeitos é importantíssima. Daí vem novamente o meu posicionamento. E quero também, mais uma vez, demonstrar minha satisfação pelo belo relatório que foi feito, pelo belo parecer que foi feito." Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: "Bom dia a todos. Hoje é a minha estreia na CMI, fico muito satisfeita de participar de um time

941 de conselheiros da qualidade daqueles que são nomeados e se apresentam. E mais
942 feliz eu fico, presidente, de poder votar um projeto como esse. Eu faço das palavras
943 do conselheiro Orsini as minhas. Que fala muito melhor do que eu, que tem muito
944 mais critério técnico, Dr. Orsini. Eu fico muito satisfeita de ver um projeto dessa
945 ordem com controles ambientais contundentes. Essas atualizações tecnológicas
946 são, de fato, de alta importância, sempre que vemos esse aperfeiçoamento de
947 ampliação do sistema de desaguamento de rejeito, pilha de rejeito drenado. Então
948 eu espero, nas participações futuras – que elas aconteçam –, ver mais projetos
949 dessa ordem. Está de parabéns o empreendedor por essa iniciativa. E seria muito
950 bom que isso ficasse transparente para todos como uma forma de demonstrar que
951 são possíveis e são de muita importância essas atualizações tecnológicas.”

952 Conselheiro José Angelo Paganini: “Senhor presidente e Dr. Orsini, apesar de eu
953 não ter sido convidado para palestra sobre o sistema de drenagem, eu conheço
954 alguns desses sistemas de filtragem, prensagem e tratamento de efluentes. Esses
955 processos, eu não tenho dúvida, estou de acordo. A minha dúvida está sendo em
956 função do rejeito que é depositado sem prensagem, sem filtragem e sem tratamento
957 de efluente na cava. Para onde que vai essa água? Ela está contaminando o lençol
958 freático ou não? Como que é feito esse controle? A minha dúvida é essa. O processo
959 de prensagem e deposição a seco, só tenho a parabenizar a empresa e as empresas
960 que adotaram o sistema. E quanto à barragem eu gostaria de informações sobre a
961 barragem, se os resíduos estão sendo retirados para descomissionamento da
962 barragem, se já está sendo feito isso, se resolveu a estabilidade da barragem. É só
963 questão de mais informações para que eu possa votar com mais segurança.”

964 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, José Angelo. Mais algum
965 conselheiro? Assim eu passo para os inscritos. Naquela linha que nós já
966 conversamos, do que foi solicitado pelo Tobias, solicitado por mim também,
967 reiteradamente, que, sendo possível, que a empresa já faça os esclarecimentos e
968 os questionamentos do Conselho.” Cecília Bicalho Fernandes/ArcelorMittal: “Pelos
969 questionamentos que foram feitos, eles são de natureza técnica, certamente a
970 equipe da Supri e também da empresa responderão. Eu sou assessora jurídica da
971 empresa. Como nenhum questionamento é dessa natureza, eu estou à disposição
972 caso haja alguma outra dúvida nesse sentido.” Gustavo da Silva Roldi/ArcelorMittal:

973 “Eu estou aqui em nome da equipe técnica da ArcelorMittal para prestar
974 esclarecimentos. Eu acredito que para otimizar o fluxo aqui das tratativas, se for
975 possível, senhor presidente, eu gostaria de pedir o direcionamento da palavra para
976 o Sr. Alberto, que é nosso líder da frente técnica e vai poder fazer uma breve
977 exposição do projeto para melhor esclarecimento de todos os conselheiros. Fico à
978 disposição.” Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Bom dia, senhor presidente, bom
979 dia, senhoras e senhores conselheiros. Muito obrigado por esta oportunidade, em
980 que nós apresentaremos aqui um vídeo de aproximadamente 4 minutos, mas
981 antecipadamente eu quero fazer um destaque sobre os principais pontos desse
982 projeto. Trata-se de uma ampliação de uma área onde hoje a ArcelorMittal já opera
983 desde o ano de 2009, e nessa ampliação, nessa expansão do empreendimento, o

984 nosso objetivo é dar continuidade às nossas atividades. Atualmente o nosso
985 processo está desenhado para o beneficiamento de itabirito friável, e neste
986 momento nós estamos propondo o licenciamento da expansão desse
987 empreendimento para o processamento de itabiritos compactos. Um grande
988 destaque, um grande ponto muito importante desse nosso projeto é a não utilização
989 de barragem. Um segundo ponto que é muito importante é uma importante
990 atualização tecnológica do nosso processo, como nós vamos apresentar um pouco
991 mais à frente, com destaque para maior eficiência energética, com destaque para
992 menor uso de água e proporcionar uma grande recirculação da água no processo e
993 também o uso de filtro prensa. Então eu vou passar aqui rapidamente o vídeo e em
994 seguida farei os esclarecimentos aos conselheiros. Então trata-se, como nós
995 apresentamos, da expansão das atividades da mina de Serra Azul, da ArcelorMittal,
996 no município de Itatiaiuçu. Na tela nós temos a localização do empreendimento. E
997 os principais pontos desse projeto são destacados neste momento na nossa tela,
998 em especial a importância de darmos continuidade às nossas operações com
999 aproveitamento de itabirito compacto, a não utilização de barragem de rejeitos, a
1000 ampliação da nossa produção para 4,5 bilhões de toneladas por ano de pellet feed,
1001 1.780 empregos diretos gerados com essa expansão, mais de 8 mil empregos
1002 indiretos e R\$ 32 milhões de impostos gerados por ano nesse empreendimento.
1003 Com relação às questões ambientais, de uma forma bastante sucinta, eu gostaria
1004 de destacar que em relação à área atualmente, hoje, operada pela ArcelorMittal na
1005 Mina de Serra Azul, na expansão do projeto, nós estamos falando de apenas um
1006 acréscimo de 14% na área diretamente afetada. Esse é um ponto de destaque do
1007 nosso projeto, uma vez que dentro dessa nova proposta, com evolução tecnológica
1008 de um processo que tem como premissa maior eficiência energética, quando
1009 comparamos com outras rotas convencionais de processamento de minério de ferro,
1010 em especial itabiritos, e também com menor utilização de água nova e maior
1011 recirculação da água. Então com relação à evolução tecnológica destacamos agora
1012 a utilização de filtro prensa para secagem dos rejeitos, 100% de recirculação de
1013 água que será utilizada na lavagem de equipamentos e com a retirada do óleo
1014 presente nessa água para ré-refino, implementação de Sumps na área da instalação
1015 de beneficiamento para receber toda a drenagem industrial e também eventuais
1016 descargas energéticas cuja capacidade desses Sumps é de receber
1017 aproximadamente três descargas consecutivas e respectiva recirculação da água.
1018 Eu ainda gostaria de dar ênfase com relação a qual é o significado, o principal
1019 significado ambiental desse empreendimento. O projeto atual, o que está
1020 circunscrito por essa linha em branco é o projeto atual. Em verde, como destaquei
1021 no início do vídeo, representa os 14% da expansão em relação à ADA atual. Como
1022 podemos observar, essas áreas que estão consideradas na expansão já estão
1023 inseridas dentro do contexto da mineração. Em azul destacamos a área de lavra,
1024 em marrom a área de beneficiamento, em roxo as áreas de disposição de rejeito e
1025 estéril. Aqui nós temos uma visão tridimensional da situação atual hoje, com
1026 destaque, à nossa esquerda, das bancadas de lavra, da área de lavra. E esse

1027 polígono em vermelho, a nossa área de operação. Agora uma simulação com as
1028 bancadas da área de lavra no quinto ano, à nossa esquerda; e à nossa direta uma
1029 simulação com as pilhas de disposição de rejeitos. E por fim o desenvolvimento da
1030 lavra no décimo ano, à nossa esquerda, o desenvolvimento das bancadas, e à nossa
1031 direita o desenvolvimento das pilhas de disposição de rejeito e estéril. Nessa
1032 imagem nós podemos ver os principais equipamentos que serão implementados
1033 com a expansão desse projeto, com destaque no item 11, no item 12 e no item 13
1034 relacionados à nossa filtragem de rejeitos e também à nossa pilha de rejeitos, que
1035 será formada a partir da secagem desse rejeito. Agora detalhe do espessador de
1036 rejeitos, onde a polpa então já sofre o primeiro adensamento e a retirada de água.
1037 Nesse prédio faremos a filtragem do rejeito, e nessa imagem nós temos uma bateria
1038 de cinco filtros prensa que serão responsáveis pela retirada da água e a secagem
1039 dos rejeitos. Após secagem, serão dispostos numa pilha de rejeito, e a partir dessa
1040 pilha encaminhados para disposição final. Nós mostramos nessas imagens
1041 ilustrativas o funcionamento desses filtros prensa. Abertura das placas, essas tortas,
1042 o rejeito seco é armazenado nessas baias. Imagens ilustrativas. E logo após a
1043 secagem nós podemos ver como que o material realmente é bastante seco, e a
1044 água retirada do rejeito é totalmente recirculada no processo. E agora uma imagem
1045 digital mostrando como que é feito esse processo de secagem, e a retirada da água.
1046 Senhor presidente, posso passar então para a resposta aos questionamentos dos
1047 conselheiros? Primeiramente, eu gostaria de fazer algumas considerações em
1048 relação ao conselheiro Tobias, que comentou que gostaria de ter informações
1049 adicionais sobre o processo de secagem. Nós procuramos fazer isso através do
1050 vídeo, mas também, Dr. Tobias, o senhor gostaria de mais algum esclarecimento
1051 em relação a esse ponto, de como é o funcionamento, como faremos a secagem
1052 dos rejeitos com utilização do filtro prensa?" Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:
1053 "Senhor Alberto, na verdade, eu queria mesmo a sua explanação, essa
1054 apresentação que você fez, para os demais conselheiros conhecerem e entenderem
1055 o processo. E se você tiver mais alguma informação pode terminar de usar o seu
1056 tempo para conhecermos mais." Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: "Ok,
1057 conselheiro Tobias, muito obrigado pelas informações. E gostaria só de acrescentar
1058 com relação a esta oportunidade que temos aqui de apresentar o nosso
1059 empreendimento e gostaria também de aproveitar e ao mesmo tempo responder
1060 uma das perguntas que foram feitas pelo José Angelo Paganini, com relação à
1061 disposição dos rejeitos em cava. Eu gostaria de fazer um breve histórico com relação
1062 a esse processo que nós desenvolvemos atualmente na Mina de Serra Azul. Eu vou
1063 falar rapidamente um breve histórico. Em 2009, a ArcelorMittal adquiriu da London
1064 Mining a Mina de Serra Azul, e a essa época a mina operava com a disposição de
1065 rejeitos em barragem. Logo em seguida, a ArcelorMittal desenvolveu uma tecnologia
1066 de maneira que não se utilizasse mais barragem. Então hoje a operação atual da
1067 Arcelor não utiliza barragem. Isso acontece desde o ano de 2012. À época, inclusive,
1068 essa metodologia foi apresentada pela SEMAD. A SEMAD, à época, tinha um
1069 programa de reconhecimento de boas práticas no setor mineral. Inclusive, a

ArcelorMittal foi, à época, premiada pela SEMAD em função dessa boa prática. Então atualmente a Arcelor já tem grande experiência, já quase dez anos, de operar sem a utilização de barragem, com disposição em cava. Então um ponto importante que o conselheiro trouxe é com relação ao monitoramento da qualidade das águas do lençol freático em relação a essa atividade. Essa atividade já está licenciada, as nossas operações. Nós fazemos todo o controle de qualidade das águas através do nosso programa de monitoramento hídrico em relação ao lençol freático. Ao longo de todos esses anos – como eu comentei aqui, já são quase dez anos de experiência operacional da Arcelor nessa metodologia –, nós não tivemos nenhuma alteração em relação à qualidade das águas no lençol freático. Cabe destacar que no processo atual que é executado hoje na empresa nós não utilizamos nenhuma condição que possa trazer essa contaminação em relação às águas subterrâneas. Apesar disso, todos os nossos monitoramentos também indicam essa condição de manutenção da qualidade das águas subterrâneas. Eu gostaria então de passar para o segundo questionamento do conselheiro Paganini. Com relação ao outro questionamento em relação às nossas atividades, apesar de eu ter feito esse breve histórico em relação às nossas operações, eu gostaria de esclarecer que, em relação ao projeto de expansão de itabirito compacto, como opção, a disposição dos rejeitos será feita em pilhas de rejeito, conforme nós mostramos no vídeo e não em cava. Esse procedimento de disposição em cava é o procedimento atual que, neste momento de transição de um projeto de itabirito friável para itabirito compacto, nós ainda hoje temos essa atividade licenciada para disposição em cava. Mas com o desenvolvimento do projeto essa atividade vai sendo substituída pela disposição total dos rejeitos. Após os rejeitos serem secos, eles serão dispostos em pilhas de rejeitos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Um esclarecimento. O rejeito que é disposto em cava é o rejeito seco após prensagem ou o rejeito que não passou pelo sistema de prensagem? Eu gostaria de saber. O primeiro questionamento é que ele falou sobre estabilidade da barragem. No Parecer Único fala que o reaproveitamento dos resíduos dispostos nessa barragem foi suspenso em função da estabilidade da barragem. Eu gostaria de saber como é que está essa bagagem. Se nesse licenciamento estamos licenciando essa continuidade e como é que está a condição da barragem hoje.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Ainda com o Conselho.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor presidente, somente para fazer umas últimas considerações antes de o processo ir para votação. Mais uma vez estamos vendo um processo de deposição a seco. Obviamente que existem os outros programas de monitoramento, programas de controle ambiental do empreendimento. Mais uma vez temos que destacar o belo trabalho da Supri, que realmente é um parecer muito bem feito e muito completo. Quando vemos um processo assim, que o empreendedor vem aqui e mostra o trabalho, mostra para nós a seriedade com que está levando o tema de deposição de rejeitos, eu acho que isso agrega muito para o nosso trabalho aqui enquanto conselheiro e também traz para nós uma confiança muito grande em estar aprovando um processo como esse. Então eu quero dar os parabéns tanto à Supri quanto ao empreendedor. E

1113 empreendimentos assim que investem, como diz o Orsini, em inovações na
1114 mineração eu acho que isso tem que ser, sim, reconhecido por nós aqui como um
1115 novo tempo, um novo momento da mineração, para realmente fazermos com que
1116 barragens deixem de ser um problema para nós. Barragens de rejeito, obviamente.
1117 Então, por fim, eu só queria fazer essa ressalva aqui e ressaltar também que
1118 empresas, quando vêm até nós quanto conselheiros, não sei se acontece com os
1119 demais, temos que abrir o diálogo, abrir esse meio de comunicação para realmente
1120 buscarmos construir. Hoje nós vemos uma técnica totalmente diferente do anterior.
1121 O anterior era disco de cerâmica para fazer filtragem, agora já é uma prensa com
1122 tecido. E aí é muito bacana ver que existem outras opções, obviamente, respeitadas
1123 as peculiaridades de cada mineração, de cada polpa gerada no empreendimento.
1124 Estou muito satisfeito, eu acho que é um avanço que estamos tendo em Minas
1125 Gerais e espero que mais empreendimentos como esse venham a aparecer aqui
1126 para nós." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "É muito interessante o que o
1127 Tobias está falando sobre abrir o canal para discussão. Eu estava assistindo outro
1128 dia um vídeo do Leandro Carnal, ele falando que devemos ler os livros que gostamos
1129 e, principalmente, os que não gostamos para podermos ter argumento para estar
1130 falando bem ou mal daquele autor, daquele tipo de pensamento. Então é muito
1131 importante estarmos abertos a aprender com todos os lados." Conselheiro Carlos
1132 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu quero juntar ao debate somente essa questão
1133 que o José Angelo Paganini comentou, e talvez o Alberto puder nos dar algum
1134 esclarecimento adicional. Porque, paralelamente, José Angelo, eu imagino que, pelo
1135 que conheço daquela região toda – Serra Azul já foi motivo de muito trabalho meu
1136 quando era jovem ainda, engenheiro de minas –, essa questão da barragem
1137 existente lá na ArcelorMittal, naquela região, tenha tido problemas, evidentemente,
1138 como a maioria de barragens que foram monitoradas pela ANM, como também pelo
1139 próprio IGAM, a FEAM também. Monitoramentos em função dos acidentes
1140 anteriores que nós tivemos. Mas é importante saber primeiro se essa barragem está
1141 em fase de descomissionamento. Alberto, é bom você esclarecer isso para nós aqui.
1142 Porque se ela já está em fase de comissionamento já é um fator positivo da completa
1143 limpeza e secagem desse material que está sendo utilizado nessa barragem. Por
1144 outro lado, também, o esclarecimento dele foi muito claro para mim que nessa fase
1145 intermediária essa polpa, o rejeito estava sendo colocado em cava e sendo
1146 controlado com qualidade de água adequada. Mas vejo também que a qualificação
1147 desse rejeito pressionado dá condições excepcionais para ser colocado em pilha.
1148 Porque se tivesse um nível ainda de umidade representativa nesse rejeito após a
1149 sua compressão, ele pode, inclusive, trazer alguma provável instabilidade de pilha.
1150 Mas não é o caso. Então eu acredito que, juntando com os posicionamentos do José
1151 Angelo e do Tobias, o Alberto pudesse confirmar essa solução e essa situação da
1152 barragem e se a mesma, enfatizando, estará em fase de descomissionamento."
1153 Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: "Eu gostaria então de listar aqui alguns pontos
1154 que considero que são esclarecedores em relação aos processos que são
1155 desenvolvidos hoje na Mina de Serra Azul. Primeiramente, conforme destaquei no

1156 início, a ArcelorMittal adquiriu a Mina Serra Azul da London Mining em 2009, e o
1157 procedimento adotado à época era a disposição de rejeitos em barragem. Em 2012,
1158 um pouquinho antes de 2012, a ArcelorMittal não mais fez disposição de rejeito em
1159 barragem. Então desde o ano de 2012 a Arcelor não dispõe rejeitos em barragem.
1160 Qual foi a metodologia então à época desenvolvida pela Arcelor? Os rejeitos do
1161 beneficiamento eram então bombeados para a cava. Dadas as condições
1162 geológicas da cava, o material então disposto na cava, com o tempo de residência,
1163 o material sedimentava. Então o material seco, para permanecer com o tempo de
1164 decantação dentro da cava, esse material secava. E com equipamentos
1165 convencionais, escavadeira, carregadeira e caminhões, esse material era retirado
1166 da cava e então disposto numa pilha de drenagem seca. Então essa é a metodologia
1167 utilizada hoje pela ArcelorMittal, que está licenciada, inclusive. E os monitoramentos
1168 também, como já expliquei, também indicam que não tem nenhum tipo de
1169 contaminação no nosso lençol freático. Qual é a metodologia que estamos propondo
1170 agora nos itabiritos compactos, para aproveitamento e processamento de itabirito
1171 compacto? É uma metodologia diferente. Os rejeitos gerados no processo de
1172 beneficiamento num primeiro momento vão passar por um processo de
1173 espessamento. Nós temos um conjunto de espessadores que vão fazer a retirada
1174 da água, a primeira retirada, o primeiro adensamento. A partir do espessador, esse
1175 material será encaminhado para um conjunto de filtros prensa, onde então o restante
1176 da água vai ser retirado, e essa água vai ser enviada totalmente para recirculação
1177 na planta de beneficiamento. E esse material seco, os rejeitos secos que vão sair
1178 dos filtros prensa serão encaminhados para uma pilha logo ao lado da instalação de
1179 filtragem. Esse material seco será então, através de transporte convencional em
1180 caminhões, direcionado para as pilhas licenciadas de disposição de rejeitos. Então
1181 essa é a configuração. Então neste momento o projeto de expansão não prevê essa
1182 condição de disposição de rejeitos em cava e, sim, fazer todo o desaguamento,
1183 espessador, filtro prensa. E após o rejeito seco ele então vai ser disposto nas pilhas
1184 de rejeito." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "As condições de estabilidade
1185 que o José Angelo questionou, o senhor tem essas informações?" Alberto Luiz
1186 Bernardo/ArcelorMittal: "Tenho, sim. As condições de estabilidade, conforme eu
1187 destaquei, desde o ano de 2012, a ArcelorMittal não opera barragem de rejeitos. E
1188 desde essa época todas as condições de estabilidade, através de instrumentação,
1189 vêm sendo monitoradas. No ano de 2019, após o acidente de Brumadinho, com a
1190 mudança de uma série de protocolos em relação aos protocolos de engenharia e
1191 definição de parâmetros de segurança, a ArcelorMittal então fez uma revisão
1192 criteriosa dos parâmetros de segurança. Em função dessa revisão, a nossa
1193 barragem então foi enquadrada como nível 2. Com esse enquadramento em 2019
1194 da nossa barragem em nível 2, de forma preventiva, nós então fizemos a remoção
1195 das famílias que estavam localizadas na zona de autossalvamento. Então é um
1196 destaque importante que eu gostaria de fazer. De forma preventiva, então, as
1197 famílias que estavam na zona de autossalvamento foram retiradas. A partir desse
1198 momento, nós ainda implementamos ainda mais os monitoramentos referentes à

1199 condição de estabilidade dessa barragem. E, volto a afirmar, não houve nesse
1200 período nenhuma alteração, nenhuma leitura, nenhum instrumento que indicasse
1201 qualquer alteração nos itens que vinham sendo monitorados pela Arcelor, conforme
1202 eu expliquei. A nossa barragem então foi enquadrada no nível 2 em função da
1203 alteração dos protocolos de engenharia e da revisão em relação a esses protocolos.
1204 Então não faz parte desse licenciamento seja o descomissionamento, seja revisão,
1205 seja qualquer tipo de atuação na barragem. Então o processo de
1206 descomissionamento dessa barragem foi licenciado no ano de 2018, nós então
1207 interrompemos esse processo de descomissionamento em função da revisão dos
1208 parâmetros de segurança, principalmente após o acidente em Brumadinho. E neste
1209 momento estamos em discussão com a Agência Nacional de Mineração, com o
1210 Ministério Público, também com a FEAM, para condução do processo de
1211 descomissionamento dessa barragem, que será feito a partir da consolidação dos
1212 acordos que estão em andamento com o Ministério Público, com a ANM, com a
1213 FEAM, inclusive, e claro também com a SEMAD.” Conselheiro José Angelo
1214 Paganini: “Eu estou entendendo então que as atividades de reaproveitamento de
1215 resíduos dispostos na barragem estão suspensas. Vocês pararam de retirar
1216 resíduos dessa barragem para ser reaproveitados. Estou correto nesse meu
1217 entendimento? A barragem está parada lá, vocês não estão reutilizando os resíduos,
1218 reaproveitando os resíduos que estão dispostos dentro da barragem? É isso?”
1219 Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Ok, correto.” Conselheiro Claudinei Oliveira
1220 Cruz: “Eu só queria contribuir com as palavras do Alberto, tirar as dúvidas do Dr.
1221 Orsini, do José Angelo. A barragem da ArcelorMittal este em nível 2, como disse o
1222 Alberto. Nível 2 de emergência. A ZAS está evacuada. No momento não se pode
1223 fazer qualquer intervenção na barragem. O monitoramento realmente foi
1224 complementado, existem radares, existe todo um sistema adequado à situação. A
1225 descaracterização da barragem, antes de iniciar, precisa atender uma premissa
1226 básica para esse caso específico, que é a questão da construção da ICJ, que é
1227 estrutura de contenção a jusante, para que se possa fazer essa descaracterização
1228 de um modo seguro. Então só quando essa ICJ ficar pronta que vai se iniciar
1229 realmente, efetivamente, a descaracterização da barragem. Atualmente está em
1230 fase de projeto básico, iniciando o projeto básico da ICJ, então ainda não temos um
1231 cronograma definitivo de quando irá iniciar efetivamente a descaracterização, a
1232 retirada dos rejeitos da barragem. Ressalto também que a ANM, juntamente com a
1233 FEAM, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, nós temos
1234 reuniões periódicas com a ArcelorMittal, no mínimo uma vez por mês, para
1235 acompanhar essa situação, esse cenário, que é preocupante para todos. Mas a
1236 gente vem acompanhando. A ArcelorMittal está fazendo a parte dela, vamos dizer
1237 assim, e nós também aqui fazendo a nossa parte cobrando o que a legislação exige
1238 da Arcelor. Então só para deixar claro qual que é o cenário atual da barragem de
1239 rejeito da ArcelorMittal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço,
1240 Claudinei, as informações. Muito obrigado. Acho que ajudaram a esclarecer bem. E
1241 no que pese não ter sido objeto desse licenciamento aqui neste momento, mas eu

1242 acho que as dúvidas porventura em relação à barragem foram sanadas. Agora nós
1243 finalizamos com os inscritos, e sobra pouco para as considerações finais da equipe
1244 da Suppri, se sobrou alguma coisa. Então, Rodrigo e equipe da Supri.” Rodrigo
1245 Ribas/Supri/SEMAP: “Sobrou falar das condicionantes que o Tobias pediu para
1246 alterarmos. Nós até fizemos uma proposta de texto. Antes disso, agradecer ao
1247 Alberto. O Alberto sempre foi muito próximo da gente. Quando saiu a notícia da
1248 instabilidade – não é nem instabilidade, é alteração da forma de avaliação, que é o
1249 que ele disse –, os indicadores não alteraram em momento algum, ela não ficou
1250 instável, foi só a forma de avaliar a instabilidade que alterou, os parâmetros foram
1251 alterados. E imediatamente ele nos avisou, ‘emitimos alerta de emergência, tiramos
1252 as pessoas de lá, tal, tal, tal’. Então assim essa transparência com que a Arcelor
1253 trabalhou conosco ao longo desse tempo sempre foi muito importante na relação.
1254 Acho importante, José Angelo, trazer essas discussões para que o Conselho tenha
1255 a segurança de saber que não está de maneira alguma dando uma chancela para
1256 uma empresa que não tenha essa responsabilidade. Não é esse processo, não está
1257 falando de barragem nesse processo, o aproveitamento aqui é de pilha de rejeito e
1258 estéril, que está sendo licenciada. Então é outra história mesmo, é uma mudança,
1259 uma mudança que é importante. O Tobias falou mais cedo das alterações, no Estado
1260 de Minas Gerais, no comportamento das empresas de mineração, é uma mineração
1261 cada vez menos impactante, menos arriscada em relação a isso. Temos construído
1262 isso. Equipes técnicas da Supram, em Paracatu. A Supram Noroeste, em Unaí, tem
1263 trabalhado com isso. Lá tem barragens importantes. Em Paracatu, tem uma
1264 barragem muito importante, muito grande, muito importante. São duas. Tem uma
1265 que é sensacional, eu acho que é a maior barragem de mineração de ouro do Brasil,
1266 sem dúvida. Então tem o pessoal do Noroeste, pessoal do Norte, pessoal da Supram
1267 Central, a Supri, com isso, com esse cuidado. Feita essa preleção toda, nós
1268 fizemos duas propostas. E aí, Tobias, nós vamos até orientar o pessoal da Sandra,
1269 porque tem uma Portaria nova do IEF também. A Portaria 27 vale, a Portaria 55
1270 vale, mas tem a Portaria 77, que transformou os processos em processos digitais.
1271 Então já até alteramos nesse texto aqui e vamos tentar manter esse padrão. Jeiza,
1272 você pode colocar aí para nós? Nós já mandamos, enquanto a Arcelor respondia. E
1273 aí sugerimos, Yuri, da mesma forma, que já seja feita a alteração e vota já com a
1274 alteração. A favor ou contra, mas já vota com a alteração. Então está aqui, Tobias.
1275 Veja se você está de acordo. Compensação do Snuc, Portaria 55. ‘Apresentar o
1276 protocolo referente ao pedido de compensação em atendimento ao artigo nº 36 da
1277 Lei Federal 9.985, do Snuc, realizada nos termos das Portaria IEF nº 55/2012 e
1278 77/2020.’ No prazo de 120 dias. É o mesmo. E a 4: ‘Apresentar o protocolo referente
1279 ao pedido de compensação florestal (minerária) oriunda da supressão de uma área
1280 de 23,62 hectares de vegetação nativa, em atendimento ao artigo 75 da Lei 20.922
1281 de 2013, realizada nos termos das Portarias IEF nº 27/2017 e 77/2020. Prazo: 120
1282 dias.’ Só a orientação das Portarias que o Tobias tinha pedido no princípio. Se
1283 estiver tudo certinho, se tiver atendido, Tobias, já encerra aqui também.” Presidente
1284 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Deu para entender, Rodrigo, é só mesmo

1285 adequação da norma e aumentou em relação ao processo híbrido, porque agora o
1286 processo, parte dele, é digital. Mesmo ele sendo físico, parte agora, a entrega tem
1287 que ser em meio digital. Alguma dúvida por parte do Conselho, alguma consideração
1288 final? Vou colocar em votação." Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Eu acredito
1289 que aí é uma decisão mais interna da Supri mesmo, só para tentar padronizar.
1290 Porque cada um tem uma redação, e eu acho que isso fica desconfortável, toda vez
1291 um trem diferente. Padronizando isso, manda para todo mundo, fica top." Presidente
1292 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Esse é o nosso objetivo aqui. Nós vamos justamente
1293 isso. Só aproveitando aqui, depois pela Secretaria ou então junto com o Rodrigo,
1294 trabalhamos da seguinte forma. Pega essas novas considerações que foram feitas,
1295 e remetemos para a Suram, e a Suram replica isso para todas as Superintendências
1296 para uniformizar." Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Só me preocupa um
1297 pouquinho sobre essa redação, Rodrigo, porque aí você já apresentou o protocolo
1298 já feito, e talvez formalizar o processo, o prazo é de formalização do processo. Não
1299 sei se o prazo correto é de entrega do protocolo. Me veio essa dúvida, mas aí é com
1300 vocês." Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "As Portarias já trazem quais são os
1301 documentos para formalização do processo. O protocolo é o recebido dessa
1302 formalização. Quando falamos Portaria 27, Portaria 55, já falam quais são os
1303 documentos que têm que ser apresentados para formalizar. Você tem razão numa
1304 preocupação, e nós vamos ter que pensar isso junto com o pessoal do GCA – a
1305 gerente de lá é a Renata Denucci –, que é o protocolo digital, ele não passa pela
1306 interpretação da equipe técnica anterior. Na Portaria 27 e a 55, quantos os
1307 protocolos eram físicos, se chegava lá com um pacote de documentos e, se
1308 estivesse incompleto, voltava para trás, não protocolava. E aí nós trazíamos isso
1309 para dentro do processo. Quando falamos da Portaria 77, como o protocolo é digital,
1310 o que acontece? Ele entra com o processo, abre o pedido do processo no SEI,
1311 manda para a GCA e já tem o protocolo, abriu o processo no SEI. Talvez
1312 precisemos, mais adiante – isso eu não posso prometer agora de maneira alguma,
1313 porque precisamos sentar com a GCA –, de alterar esse padrão, para ter um
1314 'recebido' da GCA, por exemplo, dizendo 'todos os documentos foram
1315 apresentados'. Mas isso não podemos prometer agora. O que temos hoje é forçar o
1316 protocolo do processo. Forçou o protocolo, ele abre o processo e passa a ser
1317 devedor. Se ele por acaso não cumprir o Estado tem, inclusive, meios para inserir
1318 na dívida ativa, se for o caso, ele passa a ser devedor daquela obrigação.
1319 Lembrando que tanto a minerária quanto a ambiental são pecuniárias. E
1320 pecuniárias, uma vez que ele passa a ser devedor, ele passa a não participar dos
1321 processos públicos mais, ele tem uma série de restrições. Então por enquanto ainda
1322 temos como forçar, sim, mas preferimos fazer o contrário, trazer um 'de acordo',
1323 trazer uma declaração, por exemplo: 'Apresentar declaração da GCA de que o
1324 processo foi corretamente formalizado'. Talvez seja isso, ele já formaliza e já pede
1325 a declaração." Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Quando falamos 'apresentar
1326 protocolo', ele pode apresentar aquele protocolo inicial do processo, e o processo
1327 não formalizou. Eu ainda prefiro a palavra 'formalizar' perante a Gerência de

1328 Compensação Ambiental, porque ele só vai formalizar, de fato, quando o processo
 1329 estiver redondo. Você apresentar o protocolo, ele vai apresentar o protocolo simples
 1330 talvez. Não?" Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "Não, hoje é sinônimo. Como hoje é
 1331 sinônimo, essa é uma discussão que a GCA tem conosco também. Hoje ele traz o
 1332 protocolo da formalização do processo. Nós temos que melhorar isso, mas, para
 1333 melhorar, temos que talvez até mesmo melhorar numa orientação da GCA dizendo
 1334 como é que vai sair. Por enquanto, eu não posso de prometer diferente." Conselheiro
 1335 Tobias Tiago Pinto Vieira: "Mas peço para manter isso no radar para equalizar isso."
 1336 Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: "Nesse PU, especificamente, eu não sei se você
 1337 percebeu, as condicionantes vieram, e você está falando de condicionantes 3 e 4
 1338 da LP; no quadrinho é pedido: condicionantes da LP, condicionantes da LI,
 1339 condicionantes da LO. Essas condicionantes 3 e 4 são da LP. E nas condicionantes
 1340 da LO, condicionantes 8 e 9, tem lá 'apresentar o termo de compromisso de
 1341 compensação assinado junto ao IEF.' Então nesse processo específico já
 1342 amarramos lá na frente que ele tem que ter o termo de compromisso." Conselheiro
 1343 José Angelo Paganini: "Rodrigo, primeiro eu gostaria de manifestar minha satisfação
 1344 com sua volta às atividades. E eu toquei nesse assunto de barragem, apesar de não
 1345 ser objeto de licenciamento, porque o Parecer Único fala que foi suspenso o
 1346 reaproveitamento de resíduos. Eu entendo que esse reaproveitamento de resíduos,
 1347 isso vai lá para a UTM, vai gerar um efluente, que vai para os filtros prensas e vai
 1348 ser disposto em barragem. Por essa questão eu levantei a questão da estabilidade
 1349 da bacia e do reaproveitamento desses resíduos. Mas, como está explicado, está
 1350 parada a barragem, ninguém está mexendo, não está tirando, está tudo bem para
 1351 mim." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, senhores conselheiros. Eu vou
 1352 colocar então em votação já com aquele destaque, aquela alteração lida pelo
 1353 Rodrigo. Então em votação o item 8.1, ArcelorMittal Brasil S/A, Mina de Córrego
 1354 Fundo. PA 00366/1990/040/2019." Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
 1355 Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.
 1356 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então processo aprovado por 12 votos
 1357 favoráveis." **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO**
1358 DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. **9.1) Indústria de Calcário Inaê Ltda. Lavra a céu**
1359 aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento.
1360 Paracatu/MG. PA/SLA 3333/2021, ANM 831.122/1984. Classe 4 (conforme Lei nº
1361 21.972/2016, artigo 14, III, alínea b). **Apresentação:** **Supram Noroeste.** Licença
 1362 renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov,
 1363 Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes.
 1364 Impedimento: ProMutuca. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: "Senhor
 1365 presidente, eu vou me declarar impedido do processo do Calcário Inaê, de Paracatu,
 1366 porque o Calcário Inaê foi patrocinador do Movimento Verde por um período, e, para
 1367 não cometer o erro de votar favorável ou contra um empreendimento que foi parceiro
 1368 do Mover, eu prefiro me declarar como impedido. Só uma observação, presidente.
 1369 Faço isso porque eu me tornei o presidente do Movimento Verde. Então fica
 1370 realmente complicado. Se eu fosse só um membro talvez não teria problema." **10)**

1371 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
1372 Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
1373 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1374

1375

1376

1377

1378

1379

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias